



Comitê Interfederativo (CIF)

Relatório mensal - referência Abril/2017

RELATÓRIO MENSAL

O presente documento cumpre com a CLÁUSULA 192 do TERMO DE TRANSAÇÃO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TTAC), que determina a elaboração de relatório mensal sobre o andamento de todos os PROGRAMAS – SOCIOAMBIENTAIS e SOCIOECONÔMICOS desenvolvidos e executados pela FUNDAÇÃO RENOVA – e envio do documento ao COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF), sempre no décimo dia útil de cada mês. Os programas têm como objetivo recuperar o meio ambiente e as condições socioeconômicas da área de abrangência impactada pelo rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, de forma a restaurar a situação anterior ao EVENTO, como está disposto na CLÁUSULA 05, INCISO I do referido termo.

ÍNDICE

Glossário	5
Sumário executivo	8
Segurança	10
Gestão econômica	11
Programas: divisão por eixos	14
Descrição de programas	15
PG001 Programa de levantamento e de cadastro dos impactados	15
PG002 Programa de ressarcimento e de indenização dos impactados	18
PG003 Proteção e recuperação da qualidade de vida dos povos indígenas	20
PG004 Proteção e recuperação da qualidade de vida de outros povos e comunidades tradicionais	22
PG005 Programa de Proteção Social	23
PG006 Diálogo Social	24
PG007 Assistência aos Animais	29
PG008 Reconstrução de vilas	31
PG009 Programa de recuperação do Reservatório da UHE Risoleta Neves	33
PG010 Recuperação das demais Comunidades e Infraestruturas impactadas	35
PG011 Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar	37
PG012 Memória Histórica, Cultural e Artística	40
PG013 Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	42
PG014 Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada	43
PG015 Tecnologias Socioeconômicas	44
PG016 Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras	45
PG017 Retomada das Atividades Agropecuárias	47
PG018 Economia Regional	49
PG019 Micro e Pequenos Negócios	50

PG020 Estímulo à Contratação Local	51
PG021 Auxílio Financeiro Emergencial	52
PG022 Gerenciamento dos programas socioeconômicos	54
PG023 Manejo dos rejeitos	55
PG024 Programa de implantação de sistemas de contenção dos rejeitos e de tratamento in situ dos rios impactados	57
PG025 Revegetação, enrocamentos e outros métodos	59
PG026 Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs)	61
PG027 Programa de recuperação de Nascentes	62
PG028 Conservação da biodiversidade	63
PG029 Recuperação da fauna silvestre	64
PG030 Fauna e flora terrestre	65
PG031 Coleta e tratamento de esgoto	66
PG032 Melhoria dos sistemas de abastecimento de água	67
PG034 Preparação para as emergências ambientais	69
PG035 Informação para a população	73
PG036 Comunicação nacional e internacional	74
PG037 Gestão de riscos ambientais	75
PG038 Monitoramento da Bacia do Rio Doce	76
PG039 Unidades de conservação	77
PG040 Programa CAR e dos PRAs	78
PG041 Gerenciamento dos programas Socioambientais	79
PG042 Programa de Ressarcimento dos gastos públicos extraordinários	80

GLOSSÁRIO

I. **EVENTO**: o rompimento da barragem de Fundão, pertencente à SAMARCO, localizada no complexo minerário de Germano, em Mariana (MG), ocorrido em 5 de novembro de 2015.

II. **IMPACTADOS**: as pessoas físicas ou jurídicas, e respectivas comunidades, que tenham sido diretamente afetadas pelo **EVENTO** nos termos das alíneas abaixo e do TTAC:

a) perda de cônjuge, companheiro, familiares até o segundo grau, por óbito ou por desaparecimento;

b) perda, por óbito ou por desaparecimento, de familiares com graus de parentesco diversos ou de pessoas com as quais coabitavam e/ou mantinham relação de dependência econômica;

c) perda comprovada pelo proprietário de bens móveis ou imóveis ou perda da posse de bem imóvel;

d) perda da capacidade produtiva ou da viabilidade de uso de bem imóvel ou de parcela dele;

e) perda comprovada de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros e extrativos, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva;

f) perda de fontes de renda, de trabalho ou de autossustentação das quais dependam economicamente, em virtude da ruptura do vínculo com áreas atingidas;

g) prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento ou das atividades econômicas;

h) inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda e a subsistência e o modo de vida de populações;

i) danos à saúde física ou mental; e

j) destruição ou interferência em modos de vida comunitários ou nas condições de reprodução dos processos socioculturais e cosmológicos de populações ribeirinhas, estuarinas, tradicionais e povos indígenas.

III. **INDIRETAMENTE IMPACTADOS**: as pessoas físicas e jurídicas, presentes ou futuras, que não se enquadrem nos incisos anteriores, que residam ou venham a residir na **ÁREA DE ABRANGÊNCIA** e que sofram limitação no exercício dos seus direitos fundamentais em decorrência das consequências ambientais ou econômicas, diretas ou indiretas, presentes ou futuras, do **EVENTO**, que serão contemplados com acesso à informação e a participação nas discussões comunitárias, bem como poderão ter acesso aos equipamentos públicos resultantes dos PROGRAMAS.

IV. **ÁREA AMBIENTAL 1**: as áreas abrangidas pela deposição de rejeitos nas calhas e margens dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, considerando os respectivos trechos de seus formadores e afluentes, bem como as regiões estuarinas, costeiras e marinha na porção impactada pelo **EVENTO**.

V. ÁREA AMBIENTAL 2: os municípios banhados pelo Rio Doce e pelos trechos impactados dos rios Gualaxo do Norte e Carmo, a saber: Mariana, Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Sem-Peixe, Rio Casca, São Pedro dos Ferros, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, Raul Soares, Dionísio, Córrego Novo, Pingo d'Água, Marliéria, Bom Jesus do Galho, Timóteo, Caratinga, Ipatinga, Santana do Paraíso, Ipaba, Belo Oriente, Bugre, Iapu, Naque, Periquito, Sobrália, Fernandes Tourinho, Alpercata, Governador Valadares, Tumiritinga, Galileia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta, Aimorés, Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares.

VI. ÁREA DE ABRANGÊNCIA SOCIOECÔNÔMICA: localidades e comunidades adjacentes à calha dos rios Doce, Carmo e Gualaxo do Norte e Córrego Santarém e a áreas estuarinas, costeira e marinha impactadas.

VII. MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA SOCIOECÔNÔMICA: Mariana, Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Rio Casca, Sem-Peixe, São Pedro dos Ferros, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, Raul Soares, Dionísio, Córrego Novo, Pingo-D'Água, Marliéria, Bom Jesus do Galho, Timóteo, Caratinga, Ipatinga, Santana do Paraíso, Ipaba, Belo Oriente, Bugre, Iapu, Naque, Periquito, Sobrália, Fernandes Tourinho, Alpercata, Governador Valadares, Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta e Aimorés.

VIII. MUNICÍPIOS E LOCALIDADES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA SOCIOECÔNÔMICA: Baixo Guandu, Colatina, Barra do Riacho em Aracruz, Marilândia e Linhares, além das áreas estuarinas, costeira e marinha impactadas.

IX. PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS: conjunto de medidas e de ações a serem executadas de acordo com um plano tecnicamente fundamentado, necessárias à reparação, mitigação, compensação e indenização pelos danos socioeconômicos decorrentes do EVENTO, fiscalizadas e supervisionadas pelo PODER PÚBLICO, nos termos do TTAC.

X. PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS: conjunto de medidas e de ações a serem executadas de acordo com um plano tecnicamente fundamentado, necessárias à reparação e compensação pelos danos socioambientais decorrentes do EVENTO, fiscalizadas e supervisionadas pelo PODER PÚBLICO, nos termos do TTAC.

XI. PROGRAMAS: são os PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e os PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS quando referidos em conjunto.

XII. PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS: são as ações e medidas aprovadas pela FUNDAÇÃO, nos termos do TTAC, para a implementação de determinados PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS.

XIII. PROJETOS SOCIOECONÔMICOS: são as ações e medidas aprovadas pela FUNDAÇÃO, nos termos do TTAC, para a implementação de determinados PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS.

XIV. PROJETOS: são os PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS e os PROJETOS SOCIOECONÔMICOS quando referidos em conjunto.

XV. PODER PÚBLICO: órgãos e entidades públicos integrantes ou vinculados aos COMPROMITENTES e que, em razão de suas atribuições institucionais, tenham competência legal para regulamentar e/ou fiscalizar ações relacionadas a um determinado PROGRAMA.

XVI. ÓRGÃOS AMBIENTAIS: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama-ES); Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf); Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad-MG); Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (Iema-ES); Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG); Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam-MG).

XVII. ÓRGÃOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS: Agência Nacional de Águas (ANA); Agência de Gestão de Recursos Hídricos do Espírito Santo (AGERH-ES); e Instituto de Gestão das Águas de Minas (Igam-MG).

XVIII. PROGRAMAS REPARATÓRIOS: compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

XIX. PROGRAMAS COMPENSATÓRIOS: compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

XX. FUNDAÇÃO: fundação de direito privado, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei, a ser instituída pela SAMARCO e pelas ACIONISTAS com o objetivo de elaborar e executar todas as medidas previstas pelos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS.

XXI. EXPERT: pessoa física ou jurídica, ou grupo de pessoas físicas ou jurídicas, legalmente habilitadas e contratadas pela FUNDAÇÃO para gestão, avaliação, elaboração e/ou implantação dos PROGRAMAS e/ou PROJETOS, total ou parcialmente.

XXII. SITUAÇÃO ANTERIOR: situação socioambiental e socioeconômica imediatamente anterior a 05/11/2015.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Nós, da Fundação Renova, acreditamos no diálogo transparente e na troca de experiências como ferramentas fundamentais para a construção coletiva de soluções e ações para a recuperação da Bacia do Rio Doce. Com uma atuação pautada por três eixos temáticos – Pessoas e Comunidades, Reconstrução e Infraestrutura e Terra e Água, sabemos que precisamos unir forças para superar as dificuldades e cumprir, de forma eficiente, o nosso compromisso de reparar os danos causados às comunidades impactadas e ao meio ambiente. Mas, também vemos nesse compromisso uma oportunidade para contribuir com o desenvolvimento das regiões ao longo do Doce.

No eixo Pessoas e Comunidades, a identificação do universo de impactados, de Mariana (MG) a Regência, distrito de Linhares (ES), tem sido feita por meio do Cadastro Integrado. Em abril, teve início a Campanha 2 de levantamento de dados, somando 441 cadastros realizados. Nas 22 novas localidades do Espírito Santo incluídas nessa etapa – que fazem parte da área de proibição de pesca, contabilizamos 1.029 cadastros. Esse é o primeiro passo para que o impactado tenha sua situação avaliada para a posterior reparação dos danos sofridos.

O pagamento de indenizações, como se sabe, é uma das formas de reparar as perdas. Em abril, 25.300 pessoas em Governador Valadares (MG) e Colatina (ES) aceitaram a proposta de indenização referente ao dano por interrupção e abastecimento de água, chegando a um acumulado de mais de 87 mil beneficiários. A frente que indenizará as comunidades por danos gerais está na fase de definição dos critérios de indenização. Ainda sobre o tema, fizemos o treinamento e a capacitação da nossa equipe nos canais de diálogo – conforme recomendações do Ministério Público – para responder, de forma mais eficiente, às manifestações das comunidades sobre as indenizações.

Também buscando atender melhor os impactados, estamos realizando uma série de estudos para encontrar soluções que respeitem as especificidades de cada público. Nessa linha, concluímos, em abril, a contratação do estudo sobre os Quilombolas e os impactos socioambientais e socioeconômicos que os atingiram e iniciamos a apresentação do plano de trabalho referente ao Estudo de Impacto Socioambiental nas Terras Indígenas Comboios, Tupiniquim e Guarani, e Caieiras Velha II, todas localizadas em Aracruz (ES).

Outra premissa do nosso trabalho é o fomento à economia local. Com esse foco, o Acordo de Cooperação Técnica assinado pela Fundação Renova, pelo Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (Indi), pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e pela Prefeitura de Mariana foi aprovado pelo nosso Conselho Curador. A medida prevê o desenvolvimento de programas de fortalecimento de micro e pequenos negócios nas áreas atingidas, além da diversificação econômica dessas regiões.

No eixo Reconstrução e Infraestrutura, concluímos os estudos ambientais de campo e finalizamos os projetos básicos de infraestrutura de Bento Rodrigues, distrito de Mariana, dentro do processo de reassentamento. Isso permitirá o início do Licenciamento Ambiental, bem como a contratação dos serviços de infraestrutura. Agora, iniciamos a contratação do projeto arquitetônico das casas e equipamentos de uso coletivo.

No eixo Terra e Água, estamos trabalhando para controlar o processo erosivo na Bacia do Doce. Em relação ao relatório divulgado pelo Ibama sobre o assunto, baseado em vistorias de novembro de 2016, esclarecemos que ocorreram avanços expressivos nesses seis meses. Em abril de 2017, registramos a recuperação de mais de mil hectares de calhas e margens e de 82 dos 101 afluentes impactados. Para a região mais crítica, dos primeiros 100 quilômetros após a barragem de Fundão, foi proposta a retirada do rejeito em 75 quilômetros da calha do Rio Gualaxo, com previsão de término em 2018.

Adicionalmente, o Plano de Manejo de Rejeitos foi protocolado nos órgãos reguladores para aprovação. Elaborado a várias mãos, o documento relata as diretrizes recomendadas para a remoção dos materiais liberados pelo rompimento. Como teste de aplicação preliminar, teve início o Plano Piloto de Manejo de Rejeitos para a área do Rio Gualaxo do Norte. As atividades serão empregadas entre o dique S4, localizado em Bento Rodrigues, e o município de Barra Longa (MG).

A remoção e disposição do rejeito também foi tema de um *workshop*, dessa vez, direcionado para a região da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (MG). Representantes da Samarco, BHP Billiton, Vale, empresas de engenharia e órgãos públicos envolvidos nesse processo compartilharam técnicas e estratégias sobre o trabalho a ser feito com o material, sem que seja necessário interromper as atividades de dragagem. Outro propósito do encontro foi discutir iniciativas que levem ao retorno das operações na hidrelétrica, o mais rápido possível.

Sobre a retomada da captação do Rio Doce nos municípios de Resplendor, Aimorés e Itueta, em Minas, e Mascarenhas, no Espírito Santo, enviamos ao Comitê Interfederativo (CIF) e à Câmara Técnica de Saúde (CTSHQA) o Estudo Conceitual de Segurança Hídrica. Mediante diálogo com a população de Bonisegna (MG), substituímos o procedimento de abastecimento de água de cisternas por reservatórios alimentados diretamente por caminhões-pipa. Em Regência, tivemos a primeira apresentação do projeto de engenharia para reforma da Estação de Tratamento de Água do distrito. O estudo será submetido ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) local. Em Resplendor (MG), conseguimos retomar as obras para reforço da barragem do Córrego Barroso. Atualmente, essa é a melhor alternativa de captação para o município, frente à não possibilidade de usar o Rio Doce como fonte de abastecimento de água.

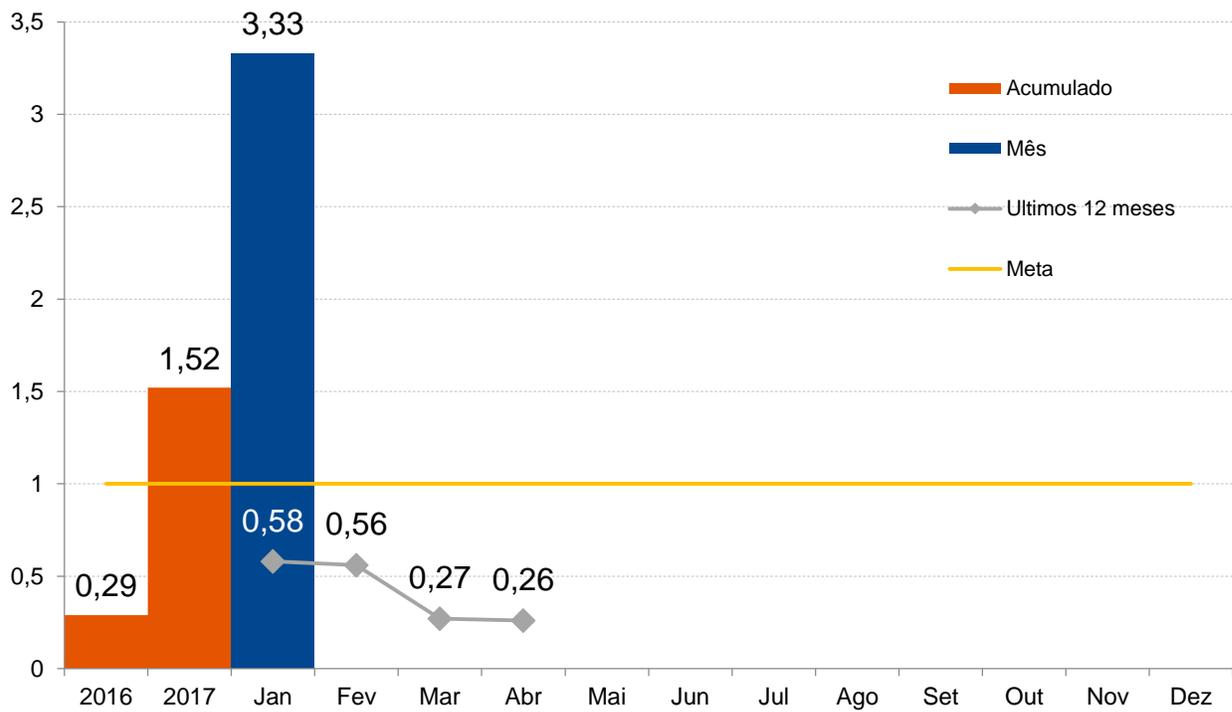
Outra importante realização do mês de abril foi a contratação do Instituto BioAtlântica (Ibio) para a execução do estudo de priorização das áreas para recuperação ambiental, considerando afluentes e Áreas de Preservação Permanente (APPs) do Rio Doce, além das nascentes da bacia. As prioridades serão elencadas a partir do levantamento de mananciais alternativos e do cadastro das instituições atuantes na região. O Ibio também iniciou as atividades de Prospecção e Diagnóstico de Viveiros da Bacia do Doce. O estudo pretende identificar e mapear viveiros de mudas e espécies nativas e exóticas das regiões impactadas para atender a demanda de reflorestamento.

Ainda com foco na conservação da biodiversidade das regiões impactadas, demos início ao estudo populacional da ictiofauna, que visa à conservação das espécies nativas de peixes e de toda a fauna aquática das áreas atingidas.

O detalhamento de todas as ações listadas nesse texto pode ser acompanhado nas próximas páginas do nosso Relatório Mensal. Boa leitura!

SEGURANÇA

TAXA DE ACIDENTES REGISTRADOS (Acidentes/milhão de horas trabalhadas)



	Empregados Fundação/cedidos	Empregados contratados	Horas trabalhadas
Abril	647	1237	336.245
Total 2017	-	-	1.337.209

GESTÃO ECONÔMICA

	Plurianual			2017				
Programas	Orçamento	Realizado	Tendência	Orçamento	Realizado	Tendência	Orçado Mês	Realizado Mês
PG002 - Ressarcimento e de indenização dos impactados	376,63	36,61	394,31	336,63	29,65	387,35	87,34	8,36
PG015 - Tecnologias Socioeconômicas	7,61	-	7,61	0,07	-	0,07	-	-
PG018 - Diversificação da Economia Regional	63,41	0,05	63,41	3,11	0,05	3,11	0,09	-
PG020 - Estímulo à Contratação Local	1,59	0,18	1,59	0,25	0,15	0,25	-	0,11
PG026 / PG027 – Recuperação de APPs / Recuperação de nascentes	1.284,72	5,24	1.284,72	18,24	3,94	18,24	1,06	0,40
PG029 - Recuperação da fauna silvestre	0,30	-	0,30	0,3	-	0,30	-	-
PG031 - Coleta e tratamento de esgoto	500,00	-	500,00	200	-	200,00	-	-
PG032 - Melhoria sist. de abastecimento de água	69,02	4,03	69,02	1,19	0,66	1,19	-	0,29
PG034 - Educação ambiental	43,43	13,05	43,43	9,9	4,07	11,92	1,09	0,99
PG035 - Informação para a população	19,45	-	19,45	1,92	-	1,92	0,23	-
PG036 - Comunic. nacional/internacional	5,22	0,42	5,22	0,56	0,12	0,54	0,04	0,04
PG038 - Monitoramento Bacia do Rio Doce	9,28	0,40	9,28	8,02	0,40	8,02	1,18	0,34
PG039 - Unidades de conservação	0,23	-	-	0,23	-	-	0,08	-
PG040 - CAR e PRAs	6,00	0,51	6,00	1,23	0,51	1,23	0,16	0,51
Saldo Compensatório	1.713,13	-	1.695,67	-	-	-	-	-
Total Compensatórios	4.100,02	60,48	4.100,00	581,64	39,55	634,14	91,26	10,01
Medidas mitigatórias emergenciais	197,06	178,23	214,76	19,54	20,78	32,66	1,53	5,73
PG001 - Cadastro dos Impactados	35,82	30,54	53,54	9,94	6,27	26,09	0,38	2,20
PG002 - Ressarcimento e de indenização dos impactados	249,10	30,64	256,24	177,65	12,63	168,85	18,01	7,17
PG003 - Proteção e rec. da qualidade de vida dos povos indígenas	92,88	18,36	97,39	40,05	5,78	30,83	3,05	1,70
PG004 - Outros povos e comunidades tradicionais	1,76	0,11	1,76	1,54	0,11	1,54	0,14	-
PG005 - Proteção social	3,16	-	38,61	1,12	- 0,30	1,12	0,13	-
PG006 - Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social	218,86	26,44	218,86	27,86	7,26	27,86	2,31	1,39
PG007 - Assistência aos Animais	24,90	13,28	24,90	3,31	1,50	3,31	0,27	0,36

PG008 - Reconstrução de vilas	309,54	30,02	309,54	68,74	4,96	68,74	2,21	1,19
PG009 - Recuperação do reservatório UHE Risoleta Neves	369,62	181,95	369,62	164,88	70,16	193,55	26,24	8,21
PG010 – Rec. demais Comunidades e Infraestruturas impactadas	331,78	234,88	331,30	55,36	11,71	55,36	5,91	0,56
PG011 – Rec. escolas e reintegração da comunidade escolar	9,53	1,06	9,87	2,69	0,37	2,69	0,24	0,09
PG012 - Memória histórica, cultural e artística	31,49	14,41	40,38	8,49	3,95	14,77	1,01	0,94
PG013 - Turismo, cultura, esporte, lazer	27,43	4,58	7,03	2,48	3,22	3,22	-	0,00
PG014 - Saúde física e mental da população impactada	139,51	24,25	139,51	16,17	5,07	16,17	1,14	1,99
PG016 - Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras	49,05	0,38	2,85	2,61	0,16	2,57	0,16	0,05
PG017 - Retomada das Atividades Agropecuárias	182,07	24,02	182,55	24,37	7,68	21,91	2,31	2,61
PG019 - Micro e Pequenos Negócios	21,49	1,19	21,49	0,76	0,24	0,76	0,06	0,05
PG021 - Auxílio Financeiro Emergencial	493,75	247,00	493,75	164,26	60,62	164,26	13,64	13,76
PG022/PG041 - Gerenciamento prog. Socioeconômicos e Socioambientais	-	-	-	-	-	-	-	-
PG023 / PG025 – Manejo dos rejeitos / Recuperação área ambiental 1	-	-	-	-	-	-	-	-
PG024								
Sist. contenção dos rejeitos e tratamento dos rios	923,88	462,98	590,49	85,48	136,75	264,26	2,50	11,94
PG023 / PG025								
Manejo dos rejeitos / Recuperação área ambiental 1	1.006,88	235,69	994,22	279,56	62,28	272,68	19,03	21,08
PG028								
Conservação da biodiversidade	35,36	0,90	35,36	3,84	0,44	3,84	0,38	0,01
PG030								
Fauna e flora terrestre	3,42	-	3,42	2,27	-	2,27	0,06	-
PG032								
Melhoria sist. de abastecimento de água	137,61	29,89	137,61	18,16	5,45	18,16	1,27	2,19
PG037								
Gestão de riscos ambientais	0,24	0,17	0,17	0,19	0,12	0,12	0,04	-
PG038								
Monitoramento Bacia do Rio Doce	221,23	108,66	221,23	29,35	25,73	29,35	2,35	6,77
PG039								
Unidades de conservação	2,63	-	2,63	2,63	-	2,63	0,66	-
PG022/PG041								
Gerenciamento prog.	590,58	36,75	604,34	99,29	27,74	106,17	8,48	10,18

Socioeconômicos e
Socioambientais

PG042

Ressarcimento gastos
públicos extraordinários

Ressarcimento gastos públicos extraordinários	42,59	0,44	27,83	-	-	-	-	-
Total reparatórios	5.753,22	1.936,84	5.431,26	1.312,60	480,67	1.535,73	113,49	100,15
Total	9.853,24	1.997,32	9.531,26	1.894,24	520,22	2.169,86	204,75	110,15

EIXOS DOS PROGRAMAS

Socioeconômico

Organização Social	PG01 – Levantamento e cadastro PG02 – Ressarcimento e indenização PG03 – Proteção e recuperação da qualidade de vida dos povos indígenas PG04 – Qualidade de vida de outros povos e comunidades tradicionais PG05 – Proteção social PG06 – Diálogo social PG07 – Assistência aos animais
Infraestrutura	PG08 – Reconstrução de vilas PG09 – Recuperação do reservatório UHE Risoleta Neves PG10 – Recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas
Educação, Cultura e Lazer	PG11 – Recuperação escolas e reintegração da comunidade escolar PG12 – Memória histórica, cultural e artística PG13 – Turismo, cultura, esporte, lazer
Saúde	PG14 – Saúde física e mental da população impactada
Inovação	PG15 – Tecnologias socioeconômicas
Economia	PG16 – Retomada das atividades aquícolas e pesqueiras PG17 – Retomada das atividades agropecuárias PG18 – Diversificação da economia regional PG19 – Micro e pequenos negócios PG20 – Estímulo à contratação local PG21 – Auxílio financeiro emergência PG42 – Ressarcimento gastos públicos extraordinários
Gestão	PG22/41 – Gerenciamento programas

Socioambiental

Gestão de Rejeitos e Qualidade da Água	PG23/PG25 – Manejo dos rejeitos / Recuperação área ambiental 1 PG24 – Sistema de contenção dos rejeitos e tratamento dos rios
Restauração Florestal	PG26/PG27 – Recuperação de APPs / Recuperação de nascentes
Conservação da Biodiversidade	PG28 – Conservação da biodiversidade PG29 – Recuperação da fauna silvestre PG30 – Fauna e flora terrestre
Segurança Hídrica e Qualidade da Água	PG31 – Coleta e tratamento de esgoto PG32 – Melhoria sistema de abastecimento de água .
Educação, Comunicação e Informação	PG34 – Educação e emergência ambiental PG35 – Informação para a população PG36 – Comunicação nacional/internacional
Preservação e Segurança Ambiental	Gestão de riscos ambientais PG38 – Monitoramento Bacia do Rio Doce
Gestão e Uso Sustentável da Terra	PG39 – Unidades de conservação PG40 – CAR e PRAs
Gestão	PG22/41 – Gerenciamento programas

PROGRAMAS

PG001

PROGRAMA DE LEVANTAMENTO E DE CADASTRO DOS IMPACTADOS

Objetivos

Cadastramento de pessoas físicas e jurídicas (apenas micro e pequenas empresas), famílias e comunidades, contendo o levantamento dos impactos sociais, culturais, econômicos ou ambientais e, posteriormente, a condução de monitoramento socioeconômico das famílias e municípios afetados. Além disso, destina-se a desenvolver estudos para identificar e avaliar os impactos socioeconômicos com base em requisitos de direitos humanos.

Principais Desafios

Identificar quem foi diretamente impactado.
Definir o universo de impactados a serem tratados.

Principais Cláusulas

Cláusulas 19 e 24 – Término do cadastramento e levantamento das perdas materiais dos impactados, excetuando-se Mariana e Barra Longa (MG).

Status: concluída a primeira campanha em 30/03/2017

Cláusula 20 – Validação do Estudo de Identificação de todas as áreas afetadas com o Comitê Interfederativo.

Status: concluída

Cláusula 28 – Atualização, revisão e correção do cadastro.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

A partir de abril, iniciamos a nova campanha de cadastramento ao longo do Rio Doce, com previsão de término em outubro de 2017. Até o referido mês, foram realizados 441 cadastros.

Em Mariana (MG), tem evoluído as discussões sobre as temáticas e processos do cadastro envolvendo a Comissão de Atingidos, Assessoria Técnica (Cáritas) e o Ministério Público. Foi definido o cronograma de trabalho para discutir potenciais complementações a serem incorporadas ao cadastramento no município, além de ter sido apresentado o programa de Ressarcimento e de Indenização aos Impactados nas reuniões realizadas.

Já em Barra Longa (MG), a finalização da primeira campanha de cadastramento está prevista para maio, tendo sido enviados, até o momento, 230 cadastros ao Comitê Interfederativo (CIF), de um total de 531.

Referente ao processo de cadastramento das 1.735 manifestações feitas em março e categorizadas no grupo prioritário da segunda campanha – ou seja, aqueles que não foram encontrados na primeira fase –, foram realizadas, em abril, 1.103 pesquisas. Das 1.735 manifestações, ficou constatado que 90 são inelegíveis e 171 resultaram na inclusão de novas propriedades no processo, fazendo com que o número de cadastros prioritários aumentasse para 1.816, em abril. A previsão de encerramento da campanha atual é até 18 de junho.

Com relação às 22 novas localidades no Espírito Santo, foram realizados 1.029 cadastros em nove delas, que fazem parte da área de proibição de pesca. Em outras 10 (Campo Grande, Barra Nova Sul, Barra Nova Norte, Nativo, Fazenda Pontal, São Miguel, Gameleira, Ferrugem, Pontal de Santa Cruz e Nova Almeida), onde ainda não houve manifestações de cadastros, há a necessidade de realizar estudos qualitativos para compreender melhor os aspectos socioeconômicos locais.

Histórico das Entregas

Conclusão da primeira campanha (Rio Doce) de cadastro em 30/03/2017, em que tivemos 13.921 cadastros enviados para o CIF

Cadastro emergencial de 8.577 famílias e 29.759 pessoas, sendo 514 famílias de Mariana e 436 de Barra Longa

Indicadores

Indicador	Localidade	Acumulado até mar/2017	Acumulado até abr/2017
Cadastros realizados em análise pelo programa (unid.)	Barra Longa	275	306
Cadastros enviados para o CIF (unid.)	Barra Longa	230	230
Cadastros realizados em análise pelo programa (unid.)	Grupo Prioritário Rio Doce	1.735	1.816
Cadastros enviados para o CIF (unid.)	Grupo Prioritário Rio Doce	0	0
Cadastros realizados em análise pelo programa (unid.)	Rio Doce Campanha 2	0	441

Cadastros enviados para o CIF (unid.)	Rio Doce Campanha 2	0	0
--	------------------------	---	---

Indicadores consolidados por número de propriedades:

Rio Doce Campanha 1: todos os municípios afetados com exceção de Mariana e Barra Longa.

Rio Doce Campanha 2: todas as localidades com manifestações após a data de corte da Campanha 1

PG002

PROGRAMA DE RESSARCIMENTO E DE INDENIZAÇÃO DOS IMPACTADOS

Objetivos

Ressarcir pessoas e micro e pequenas empresas que tenham sofrido danos materiais ou morais, bem como perdas referentes às suas atividades econômicas, em consequência direta do rompimento da barragem de Fundão, de forma rápida, sem a burocracia e os custos de uma ação judicial.

Principais Desafios

Indenizar todo o público impactado, de acordo com suas expectativas de custo e prazo.

Principais Cláusulas

Cláusula 38 - Conclusão da Etapa de Negociação Coordenada.

Status: em andamento

Cláusula 38 - Pagamento das indenizações - Excetuando-se Mariana e Barra Longa.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

O Programa de Indenização Mediada relacionado à interrupção no abastecimento e na distribuição de água registrou, em abril de 2017, 15.737 beneficiários com propostas geradas em Governador Valadares (MG) e em Colatina (ES), chegando a um total de 110.252.

No mesmo período, 25.300 impactados aceitaram a proposta de indenização. É importante ressaltar que as propostas aceitas nesse período foram geradas em etapas e meses anteriores. Por isso, a diferença entre o número de aceitas e o de geradas. Foram realizados 4.657 pagamentos indenizatórios para o dano referente à interrupção e abastecimento da água.

Está em andamento o processo de ampliação do horário de atendimento nos escritórios 1 e 2 em Colatina (ES). Haverá contratação de mão de obra para atuar no segundo turno, no horário das 07 às 13 horas, aumentando a capacidade de atendimento em 46%. A previsão é de que o reforço para os atendimentos comece no início de maio de 2017.

No dia 26 de abril, o Poder Judiciário do Espírito Santo, representado pela desembargadora dra. Janete Vargas Simões, inaugurou o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) de Colatina. Essa demanda partiu da Fundação Renova e tem o objetivo de atender às homologações de acordos de pagamento de indenização envolvendo menores de idade e interditados.

Em relação aos danos gerais, a consultoria Paola Fernandes Engenheiros e Associados foi contratada para atestar a capacidade de produção dos areais na foz do Rio Doce. Especializada em atividade mineral, a consultoria irá analisar os documentos legais dos areais localizados no Rio Doce, começando pela região de Governador Valadares. Ela irá detalhar os principais problemas encontrados na extração de areia após o rompimento, ajudando no embasamento para as indenizações finais aos areeiros.

Iniciadas em abril e com previsão de acontecerem até junho, as reuniões técnicas com especialistas da pesca contam com a participação do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Projeto Tamar e outras entidades. O objetivo dos encontros é definir os parâmetros para indenização dos pescadores ao longo do Rio Doce e foz. As localidades de Regência, Povoação, Baixo Guandu e Aimorés já sediaram essas reuniões.

Histórico das Entregas

110.252 beneficiários tiveram propostas geradas, sendo 68.813 em Governador Valadares (MG) e 41.439 em Colatina (ES) - acumulado

87.481 propostas de indenização aceitas, sendo 59.295 Governador Valadares e 28.186 em Colatina - acumulado

33.599 beneficiários receberam pagamento indenizatório pela interrupção no abastecimento e na distribuição de água, sendo 21.094 em Governador Valadares e 12.505 em Colatina - acumulado

Indicadores

Indicador	Localidade	Realizado mar/2017	Realizado até abr/2017
Propostas geradas (unid.)	Colatina	10.749	12.505
Propostas geradas (unid.)	Governador Valadares	12.844	21.094

PG003

PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS POVOS INDÍGENAS

Objetivos

Manter as medidas de monitoramento contínuo dos aspectos previstos em acordo celebrado entre a Vale e os povos Krenak e monitoramento contínuo das medidas de apoio emergencial aos povos Tupiniquim e Guarani, até a entrada em vigor do Plano de Ação Permanente. Outro objetivo é o detalhamento, execução e monitoramento desse Plano de Ação Permanente, que será gerado a partir da contratação de uma consultoria independente, conforme termo de referência da FUNAI, para elaboração de estudo circunstanciado dos impactos socioambientais e socioeconômicos do rompimento sobre os povos Krenak, Tupiniquim e Guarani.

Principais Desafios

Estabelecimento de relacionamentos e conexões no sentido de um programa de ação comum.

Principais Cláusulas

Cláusulas 43 e 44 - Início das medidas emergenciais – Krenak, Tupiniquim e Guarani.

Status: em andamento

Cláusulas 43 e 44 - Entrega do Termo de Referência pela FUNAI para elaboração de estudo circunstanciado.

Status: concluída

Cláusulas 43 e 44 - Contratação do estudo de impactos socioambientais e socioeconômicos – Krenak, Tupiniquim e Guarani.

Status: concluída

Cláusulas 43 e 44 - Detalhamento e Implementação de um Plano de Ação Permanente – Krenak, Tupiniquim e Guarani (depende do resultado do estudo).

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Em abril de 2017, a consultoria Polifônicas iniciou a apresentação do Plano de Trabalho referente ao Estudo de Impacto Socioambiental nas Terras Indígenas Comboios, Tupiniquim e Guarani, e Caieiras Velha II, todas em Aracruz (ES). Um quarto encontro foi realizado junto à Comissão de Caciques Tupiniquim-Guarani. Essas reuniões têm como objetivo promover a participação dos indígenas no processo de revisão e validação do Plano de Trabalho. Representantes dos órgãos indigenistas Fundação Nacional do Índio (Funai) e Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) também estiveram presentes. A partir da aprovação do cronograma de atividades nos territórios citados acima, a consultoria

deu início aos trabalhos de campo nas seguintes áreas temáticas: saúde, antropologia, ictiofauna, fauna e flora e recursos hídricos.

Devido à vasta agenda do movimento indígena e da FUNAI em todo o país no mês de abril, a apresentação do Plano de Trabalho referente ao Estudo de Impacto Socioambiental para a Terra Indígena Krenak foi protelada e não tem nova data definida. A previsão é que seja remarcada para o início de maio.

Para o Território Krenak, o pacote de ações emergenciais determinadas pelo TTAC está mantido. Contudo, há um avanço no estudo de viabilidade para a revitalização do Sistema de Abastecimento de Água, que está sendo realizado em conjunto com a Sesai e o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), de Minas e do Espírito Santo. Esse estudo considera a análise da qualidade da água dos poços existentes, a verificação da estrutura para armazenamento e da rede de distribuição. Após a consolidação dos dados primários, terá continuidade o diálogo junto aos beneficiários indígenas - iniciado pela Sesai e Funai - para discussão, revisão e validação das alternativas encontradas.

Ainda em relação às ações emergenciais, o termo de cumprimento ao TTAC com a Associação Indígena de Comboios foi renovado. Esse acordo visa a garantir suporte a 156 famílias das aldeias de Comboios e Córrego do Ouro, até que um plano de ações permanentes seja definido pelo Estudo de Componente Indígena, que está em andamento.

Nos territórios de Tupiniquim e Guarani, continuam as rotinas de diálogo e atividades de monitoramento hídrico com a participação dos indígenas.

Por fim, a Fundação Renova participou de uma reunião entre a Casa Civil e a Funai, em Brasília, que discutiu a operacionalização imediata das atividades da Câmara Técnica para os Povos Indígenas. Definiu-se que a Funai será responsável por dar seguimento às sessões da câmara técnica.

PG004

PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE OUTROS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Objetivos

Identificação e implementação de medidas emergenciais e elaboração de um estudo circunstanciado dos impactos socioambientais e socioeconômicos sobre as comunidades tradicionais, especificamente para comunidade Quilombola de Degredo, em Linhares (ES), e Garimpeiros Faiscadores em Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e Mariana (MG), a ser realizado por meio de consultoria independente.

Principais Desafios

Estabelecimento de relacionamentos e conexões para criação de um plano de ação comum.

Principais Cláusulas

Cláusula 46 - Entrega do Termo de Referência pela FCP.
Status: concluída

Cláusula 46 - Contratação de Estudo sobre os Quilombolas.
Status: concluída

Cláusula 46 - Detalhamento de um Plano de Ação Permanente - Quilombolas (depende do resultado do estudo).
Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Iniciadas as atividades com a consultoria independente Herkenhoff & Prates, contratada para executar o estudo circunstanciado dos impactos socioambientais e socioeconômicos sobre as comunidades tradicionais, seguindo orientações do Termo de Referência recebido em janeiro de 2017. O plano de trabalho para realização do estudo foi protocolado no CIF no dia 12 de abril.

Realizada reunião com Garimpeiros Faiscadores de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce (MG), em 30 de março, para organização de grupos de trabalho. O encontro teve como objetivo gerar uma rotina de diálogo capaz de orientar as tratativas de atendimento emergencial e indenização mediada. Nos dias 17 e 18 de abril, em Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, respectivamente, foi apresentado o modelo do atendimento emergencial que deve ser executado e validado pelos grupos de trabalho.

PG005

PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL

Objetivos

Promover a proteção social, por meio de ações socioassistenciais, incluindo atividades socioculturais e apoio psicossocial, acompanhando as famílias e os indivíduos impactados pelo rompimento, priorizando os impactados com deslocamento físico.

Principais Cláusulas

Cláusula 58 - O programa de proteção social deverá ser iniciado em até 30 dias da assinatura do acordo e terá duração de 36 meses, a contar do seu início.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Continuação das oficinas de Proteção Social para levantar subsídios para implementar uma ação coordenada e intersetorial entre o poder público e a Fundação Renova. No dia 7 de abril, o encontro foi em Governador Valadares (MG). O objetivo da iniciativa é atender da melhor maneira a população impactada pelo rompimento da barragem de Fundão, a partir da escuta das comunidades de Naque, Belo Oriente, Fernandes Tourinho, Periquito, Iapu, Sobrália, Alpercata, Governador Valadares, Tumiritinga, Galileia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta e Aimorés (MG). No estado do Espírito Santo, as oficinas ocorreram em Colatina, no dia 18 de abril, e em Linhares, no dia 19, com foco nos moradores de Baixo Guandu, Colatina, Marilândia, Linhares e Aracruz.

Reunião com Comissões de Atingidos do município de Mariana (MG) para apresentar a matriz das ações que estão sendo executadas pela Fundação Renova para a comunidade.

Finalização da contratação de consultoria de serviços para o programa de Proteção Social. A ação é necessária para mapear vulnerabilidades sociais ao longo da área de impacto, desenho de plano de intervenção, realização de capacitações de equipes e estruturação de sistemas de monitoramento dos territórios identificados após o estudo de casos.

PG006

DIÁLOGO SOCIAL

Objetivos

Criação de canais permanentes de comunicação e interação com a sociedade em espaços fixos ou itinerantes, que contemplam a instituição de mesa de diálogo e negociação permanente; a construção e manutenção de sítio virtual na internet; a criação e manutenção de espaços dialogais com as comunidades; central 0800 de atendimento à população; criação de um manual de “perguntas e respostas”; divulgação em redes sociais sobre iniciativas da Fundação; esclarecimento de dúvidas e repasse de informações; e relacionamento com a imprensa e disponibilização de releases aos veículos de comunicação.

Principais Desafios

Estimular a maior participação das comunidades nas tomadas de decisão.
Comunicar de forma eficiente com toda a sociedade.

Principais Cláusulas

Cláusula 64 – Deverão ser criados canais permanentes de comunicação e interação com a sociedade em espaços fixos ou itinerantes, abrangendo central 0800, construção e manutenção de site, criação e manutenção de espaços dialogais com as comunidades, tanto espaços fixos quanto móveis, implementação de ouvidorias para monitoramento das ações do plano de reparação.

Status: em andamento

Cláusula 68 – Adequação de Ouvidoria.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Diálogo Social

No mês de abril, foram realizadas 107 reuniões com as comunidades, com a participação de 2.944 pessoas. Os encontros seguem em andamento em todos os territórios, para apoio aos programas, troca de informações, recebimento de demandas e resolução de pendências com as famílias. Estão sendo ampliadas as ações individualizadas, que envolvem o diálogo direto e a mediação de conflitos entre os impactados e a Fundação Renova.

Em Barra Longa (MG), foi realizado o mapeamento e estudo das residências que tiveram seus quintais atingidos, para identificação do grau de reversão dos impactos na subsistência e renda das famílias, bem como para acompanhar a execução das obras de reparo definidas.

Na região de Mariana (MG), destaque para as reuniões técnicas semanais com o grupo formado por integrantes da Comissão de Atingidos e sua assessoria (Cáritas), Ministério

Público e Fundação que têm como objetivo avaliar a ferramenta proposta para cadastro integrado dos impactados.

Uma das iniciativas que contou com o suporte da equipe de Diálogo Social no mês de abril foram as visitas de pessoas idosas impactadas ao Museu de Artes Sacras e Museu da Música de Mariana, ação de relacionamento que busca proporcionar atividades para o público em fase de transição para o reassentamento.

A equipe também contribuiu com a identificação de pessoas não localizadas pela equipe de cadastro integrado e no acompanhamento às visitas do Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias (Governador Valadares, Periquito e Bugre – MG). Em Aimorés (MG), Linhares e Baixo Guandu (ES), foi dado apoio às ações de construção coletiva e validação das políticas de indenização de Danos Gerais (critérios) dos grupos de interesse, por meio de fóruns coletivos.

Canais de Relacionamento

Em abril, a Fundação Renova recebeu 15.374 manifestações por meio de seus Canais de Relacionamento (site, 0800, Centros de Atendimento e Informação). Já o número de manifestações concluídas no mês, chegou a 14.898, independentemente da data de recebimento.

Foi criado um grupo de trabalho específico para os Canais de Relacionamento, com a participação de representantes do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), da Fundação Renova, da Cáritas e da comunidade. Seu objetivo é propor melhorias no atendimento e devolutivas. No dia 18 de abril, ocorreu a primeira reunião, com foco no treinamento e capacitação das equipes.

Ouvidoria

A Ouvidoria da Fundação Renova recebeu 69 solicitações em abril, via Portal Online, e-mail e central 0800, que funciona 24 horas, sete dias por semana. O acumulado do primeiro trimestre é de 173. Desse total, 247 foram resolvidas, sendo três em abril.

O canal foi estabelecido em novembro de 2015, mas, oficialmente, a Ouvidoria da Fundação iniciou seus trabalhos 90 dias após a assinatura do TTAC, em março de 2016. Sendo assim, foram herdados relatos relacionados a impactados pelo evento que foram recebidos antes da constituição da Fundação. A Ouvidoria recebe e trata relatos sobre violações de conduta, descumprimento de obrigações da Fundação Renova ou infrações a legislação vigente.

Histórico das Entregas

105.955 manifestações registradas nos Canais de Relacionamento

79.540 manifestações concluídas nos Canais de Relacionamento

12 Centros de Informação e Atendimento em operação, sendo 8 em Minas Gerais e 4 no Espírito Santo

1.221 reuniões realizadas com comunidades, com um total de 39.345 presentes

Dados de 25/4/2017

Indicadores

Localidade dos Centros de Informações e Atendimento	Endereço	Em Funcionamento Desde	Quantidade de Atendentes
Mariana	Av. Bom Jesus, 195, Centro - Mariana/MG	Dezembro de 2015	2 (atendentes)
Barra Longa	Rua Matias Barbosa, 14, Centro - Barra Longa/MG	Fevereiro de 2016	2 (atendentes)
Novo Soberbo	Rua Maranhão, 06, distrito de Santa Cruz do Escalvado/MG	Fevereiro de 2016	2 (atendentes)
Aimorés	Av. Doutor Américo Martins da Costa, 13, Loja 3, Centro - Aimorés/MG	Dezembro de 2016	2 (atendentes)
Resplendor	Rua Moraes de Carvalho, 831, Sala 4, Centro - Resplendor/MG	Dezembro de 2016	2 (atendentes)
Governador Valadares	Rua Barão do Rio Branco, 480, Sala 601 - Edifício Work Center, Centro - Governador Valadares/MG	Janeiro de 2017	4 (atendentes)
Pedra Corrida	Av. Francisco Silveira Filho, 287, Casa A – Distrito de Periquito/MG	Fevereiro de 2017	2 (atendentes)
Cachoeira Escura	Rua Monteiro Lobato, 557, Alex Muller – Distrito de Belo Oriente /MG	Janeiro de 2017	2 (atendentes)
Baixo Guandu	Rua Madame Albertina Holz, 165, Loja 4, Comercial Teles - Baixo Guandu/ES	Dezembro de 2016	2 (atendentes)
Colatina	Avenida Getúlio Vargas, 500, Colatina Shopping, Sala 812, Centro - Colatina/ES	Fevereiro de 2017	3 (atendentes)
Linhares	Avenida Presidente Getúlio Vargas, 1.220, Sala 315, Torre A, Centro - Linhares/ES	Dezembro de 2016	2 (atendentes)
Regência	Rua Lídio de Oliveira, 3, Loja 2 - Regência/ES	Dezembro de 2016	2 (atendentes)

Fotos



Treinamento sobre o PIM
Central de Informação e Atendimento de Pedra Corrida
(MG)



Reunião geral
Mariana/MG (06/04)



Reunião com poder público
Barra Longa/MG (19/04)



Reunião temática ou com grupos específicos
São Lourenço – Bugre/MG(25/04)



Reunião com Poder Público
Periquito/MG (19/04)



Reunião temática ou com grupos específicos
Linhares/ES (12/04)



Reunião com lideranças
Povoação – Linhares/ES (10/04)



Reunião temática ou com grupos específicos
Barra do Riacho – Aracruz/ES (05/04)

PG007

ASSISTÊNCIA AOS ANIMAIS

Objetivos

Assistência aos animais extraviados e desalojados pelo rompimento na região de Mariana e Barra Longa (MG).

Principais Desafios

Manter a saúde e o bem-estar dos animais impactados pelo rompimento da barragem. Destinar (devolver aos responsáveis ou promover a adoção) todos os animais sob a guarda da Fundação.

Principais Cláusulas

Cláusula 74 – A Fundação deverá realizar o resgate, cadastro, alimentação, assistência médica veterinária, encaminhamento aos Centros de Recolhimento Animal (CRA), promover evento de adoção para animais que não forem retirados pelos seus tutores e destinar animais não adotados para um Santuário.

Status: em andamento

Cláusula 75 – O programa deve ser mantido por um prazo mínimo de 2 anos.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Realização de evento de adoção de cães e gatos em Mariana (MG), com resultado de oito animais adotados, de um total de 14 encaminhados para a ação. Está em fase de planejamento um novo evento em Cachoeira do Campo, distrito de Ouro Preto (MG).

Doze animais foram restituídos ao tutor e 22 atendimentos externos foram realizados. Esses atendimentos são destinados apenas aos animais diretamente impactados, que estão sob a tutela de seus responsáveis originais - estando ou não em suas propriedades de origem. Podem ser animais de posse restituída ou animais que permaneceram nas propriedades parcialmente atingidas.

Atualmente, 269 animais estão sob a guarda da Fundação Renova.

Inclusão da proposta de castração de animais de pequeno porte dos municípios ao longo do Rio Doce no escopo do programa de Assistência aos Animais. O objetivo é contribuir com melhorias para a saúde pública dessas cidades, como uma ação compensatória ao rompimento.

Histórico das Entregas

148 animais nascidos

208 animais castrados
 584 animais resgatados com prontuários registrados (exceto aves)
 114 animais adotados e em acompanhamento
 264 animais com prontuários assistidos em Fazendas/propriedades
 722 animais que ficaram sob guarda do programa por um período
 227 restituições aos tutores (exceto aves)

Indicadores

Indicador	Localidade	Mar/2017	Abr/2017
Animais nascidos	Área ambiental 1	4	0
Animais castrados	Área ambiental 1	0	4
Animais adotados	Área ambiental 1	0	8
Acompanhamento de adoções	Área ambiental 1	25	22
Animais assistidos em Fazendas/propriedades	Área ambiental 1	12	22
Animais na guarda do programa	Área ambiental 1	286	269
Animais restituídos ao tutor	Área ambiental 1	6	14

PG008

RECONSTRUÇÃO DE VILAS

Objetivos

Reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, com projetos específicos por localidade, além de um projeto específico para reconstrução da escola de Gesteira. Após a conclusão desses processos, realizar o monitoramento dos reassentamentos com abrangência dos programas sociais por até 36 meses.

Principais Desafios

Recuperar as condições de vida (moradia, comércio e outros) dos moradores de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira.

Adquirir o terreno de Gesteira - Barra Longa (MG).

Principais Cláusulas

Cláusula 78 – Reconstrução das Vilas.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Em Bento Rodrigues (MG), foram concluídos os estudos ambientais de campo e finalizados os projetos básicos de infraestrutura, que permitirão o início do processo de Licenciamento Ambiental e a contratação dos serviços de infraestrutura. Está em andamento a contratação do projeto arquitetônico das casas e equipamentos de uso coletivo.

Em Paracatu de Baixo (MG), foi concluída a etapa de negociação para aquisição do terreno. Em andamento a consolidação do Plano Urbanístico junto à Comissão de Moradores.

Em Gesteira (MG), está em andamento, com a mediação do Ministério Público, negociação para aquisição do terreno escolhido pela comunidade.

Iniciadas as rodas de conversa com grupos de idosos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo para repasse de informações sobre o reassentamento e as atividades de integração (passeios, músicas etc.).

Fotos



Roda de conversa com grupos de idosos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo

PG009

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DO RESERVATÓRIO DA UHE RISOLETA NEVES

Objetivos

Reestabelecimento das condições de operação da usina hidrelétrica Risoleta Neves por meio da implantação de ações de desassoreamento na área de alagamento da hidrelétrica e de reparo de infraestrutura.

Principal Desafio

Reestabelecer as condições de operação da usina hidrelétrica no menor tempo factível causando o menor impacto ambiental possível.
Conter material carregado no período chuvoso.

Principais Cláusulas

Cláusula 79 – Recuperação das condições para Retomada da operação da UHE Risoleta Neves.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

No dia 10 de abril, foi concluída a barreira B de contenção de rejeitos, que forma um recinto capaz de acumular um volume de 1,3 milhão m³ na região dos primeiros 400 m à montante do barramento da Usina Hidrelétrica (UHE) Risoleta Neves, ou seja, no sentido rio acima. Para fins de comparação, esse volume corresponde a, aproximadamente, 520 piscinas olímpicas. Seu objetivo é impedir ou minimizar o aporte de materiais nesse trecho, permitindo o retorno operacional da usina.

Também foram concluídos os projetos de engenharia necessários para a execução da barreira C, que ficará localizada a cerca de 6,5 km de distância do barramento da hidrelétrica, sentido rio acima.

Um *workshop* reuniu representantes da Fundação Renova, Samarco, BHP, Vale, CH2M, DT Engenharia, Reta Engenharia, Allonda, Aplysia e de órgãos públicos - IBAMA, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD-MG), Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) e Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), no dia 22 de abril. Divididos em grupos, os participantes sugeriram e analisaram alternativas para a remoção e disposição intermediária, tratamento, transporte e disposição final dos sedimentos, sem que seja necessário paralisar as atividades de dragagem. Até o momento, foram dragados mais de 750 mil m³, sendo cerca de 21 mil m³, em abril. Também foram consideradas propostas que levem à retomada das operações da UHE, no menor prazo possível.

Histórico das Entregas

Concluída Barreira metálica B.

Entrega da proposta de plano de trabalho para conclusão da Fase 1.

Indicadores

Indicador	Localidade	Realizado	Acumulada
Volume dragado reservatório – 400m (m ³)	Rio Doce	21.695	700.956
Avanço Barreira A (%)	Rio Doce	29,49	47,04

Fotos



Barramento B concluído

PG010

RECUPERAÇÃO DAS DEMAIS COMUNIDADES E INFRAESTRUTURAS IMPACTADAS

Objetivos

Executar as atividades de recuperação e reconstrução das infraestruturas danificadas pelo rompimento, tais como: reestabelecimentos de acessos, limpeza e retirada de resíduos, entulho e detritos decorrentes do rompimento, demolição de estruturas comprometidas remanescentes e consequente limpeza, reconstrução de pontes, drenagens, reconstrução ou reforma de cercas, currais, paiol, igrejas e outros templos religiosos, campos de futebol e espaços de prática esportiva de acesso público, centros comunitários, praças e locais públicos de lazer, poços artesianos e pinguelas, vias de acessos, contenções de taludes e encostas para acessos, unidades habitacionais e estruturas de educação e saúde.

Principais Desafios

Residências em áreas rurais customizadas.
Documentação dos proprietários.

Principais Cláusulas

Cláusula 82 – Recuperação ou reconstrução das infraestruturas danificadas pelo rompimento, observada a situação anterior em observância aos padrões da política pública, para área entre Fundão e Candonga.
Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Devido ao término dos contratos com as empresas de obras e infraestrutura que atuavam em Mariana (MG), não foram realizadas entregas de reformas e reconstruções em abril de 2017. O mesmo ocorre em Barra Longa (MG), mas uma empresa de construção civil foi mantida para dar continuidade à reconstrução de casas, mata-burros e cercas.

Os processos de contratação serão finalizados nos meses de maio e junho de 2017.

Histórico das Entregas

157.000 m³ de Material (rejeito) removido em Barra Longa
8 Pontes reconstruídas em Mariana
Contenção do Rio do Carmo (Morro Vermelho) em Barra Longa
Concluído cercamento de propriedades rurais conforme acordo com Ministério Público
Bordas de rios e enrocamentos recuperados
Drenagens de rios recuperados
Recuperação da Praça Beira Rio em Barra Longa

Indicadores

Indicador	Localidade	Unid mês	Unid acumulada
Casas reformadas (unid.)	Mariana	0	7
Comércios reformados (unid.)	Mariana	0	0
Casas reformadas (unid.)	BL	0	95
Comércios reformados (unid.)	BL	0	34
Cercamento de propriedade (unid.)	Mariana	1	18
Propriedades rurais reformadas e limpas (unid.)	Mariana	0	41
Propriedades rurais reformadas e limpas (unid.)	BL	0	23
Estradas pavimentadas recuperadas (km)	Mariana	0	71,5 Km
Estradas pavimentadas recuperadas (km)	BL	0	2.200
Quintais e lotes reformados de Barra Longa (unid.)	Barra Longa	0	95
Casas reconstruídas em Barra Longa (unid.)	Barra Longa	0	2
Currais reconstruídos (unid.)	Mariana	0	0
Mata-burros reconstruídos (unid.)	Mariana	0	27
Currais reconstruídos (unid.)	BL	3	21
Mata-burros reconstruídos (unid.)	BL	2	15
Campos de futebol reconstruídos (unid.)	BL	0	1

PG011

RECUPERAÇÃO DAS ESCOLAS E REINTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Objetivos

Proporcionar a reintegração de alunos e profissionais às rotinas escolares, observada a situação anterior ao rompimento da barragem de Fundão. Realizar acompanhamento psicopedagógico para alunos e profissionais das escolas impactadas.

Principais Desafios

Garantir estruturas temporárias para o funcionamento das escolas.

Fornecer equipamentos e materiais danificados pelo rompimento, necessários às condições temporárias.

Fornecer transporte escolar para alunos deslocados de suas residências.

Proporcionar apoio à comunidade escolar até que a situação seja regularizada no reassentamento.

Principais Cláusulas

Cláusula 89 – Reintegração da Comunidade Escolar de Gesteira, Paracatu, Bento Rodrigues e Barra Longa.

Status: em andamento

Cláusula 91 – Provimento de oferta de condições de acessibilidade dos alunos às escolas temporárias.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Adequação das rotas de transporte escolar para proporcionar maior conforto e segurança aos alunos da E.M. Bento Rodrigues. O mesmo estudo de melhorias está sendo desenvolvido para os alunos de Paracatu de Baixo.

Realizada reunião inicial com a empresa Compreender, responsável pelo desenvolvimento do apoio psicopedagógico às comunidades escolares de Barra Longa e Mariana (MG). Foram debatidas as melhores práticas para atendimento aos termos do Programa de acordo com a realidade de cada município.

Histórico das Entregas

Relocados todos (100%) os alunos das regiões impactadas em escolas temporárias.

Definição de novo imóvel para escola temporária de Bento Rodrigues em conjunto com a comunidade escolar.

Reforma do imóvel da escola temporária para melhora na segurança e conforto dos alunos de Paracatu de Baixo. Fotos

Fotos

Escola Municipal de Paracatu de Baixo



Troca do telhado por telhas com isolamento térmico e instalação de placa com nome da escola



Instalação de grades em todo o perímetro da escola



Troca de todas as portas danificadas



Reparo em todas as janelas danificadas



Instalação de toldos nas janelas laterais



Instalação de coifa para dissipação do calor



Recuperação do portão com pintura e cadeado



Recuperação do forro em toda a escola

Escola Municipal de Bento Rodrigues



Sala de aula



Hall de entrada



Biblioteca



Refeitório

PG012

MEMÓRIA HISTÓRICA, CULTURAL E ARTÍSTICA

Objetivos

Recuperar bens culturais de natureza material e preservar patrimônio cultural das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, atingidas pelo rompimento.

Principais Desafios

Destinação das peças resgatadas, processo de restauro, preservação e resgate do patrimônio cultural material e imaterial impactado.

Principais Cláusulas

Cláusula 96 – Realização de diagnóstico incluindo a realização de inventário participativo junto às comunidades atingidas.

Status: em andamento

Cláusula 100 – O programa deve ser mantido pelo prazo de 60 meses a contar da aprovação do projeto pela Fundação.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Em abril, foram resgatadas 14 peças, todas em Bento Rodrigues – Mariana. Também foram realizadas 25 capacitações sobre restauração, para diferentes públicos, como empresas terceirizadas, Samarco e comunidade. Essas capacitações são realizadas com o intuito de que as pessoas que morem, trabalhem, passem ou estudem nas áreas próximas à passagem da lama sejam capazes de reconhecer peças que devam ser recolhidas e entregues à equipe do PG012.

Depois das discussões com as famílias de Paracatu de Baixo e de Bento, em março, sobre a utilização da Casa dos Saberes, em Mariana (MG), ficou decidido que, em maio, o local dará espaço à cerimônia de Coroação de Nossa Senhora. A equipe do programa responsável pela frente de preservação da cultura imaterial está apoiando o planejamento da festa junina, a ser realizada no dia 8 de julho, em Gesteira.

No dia 11 de abril, em Mariana, ocorreu oficina com temática arqueológica na Escola Municipal Bento Rodrigues que contou com a participação de professores e alunos do 4º e 5º ano.

Histórico das Entregas

2099 peças sacras recolhidas em localidades entre Mariana e Candonga

2241 pessoas capacitadas para identificação peças sacras

Indicadores

Indicador	Localidade	Un. Mar/2017	Un. Abr/2017
Peças sacras recolhidas	Mariana	6	14
Peças sacras recolhidas	Barra Longa	18	0
Capacitação para identificação peças sacras	TODAS	70	25

Fotos



Bazuza possivelmente pertencente a Igreja de São Bento – Bento Rodrigues



Exemplo de capacitação ocorrida em abril



Reunião temática ou com grupos específicos – Resgate do Patrimônio Cultural e Imaterial
Gesteira – Barra Longa/MG (19/04)



Reunião temática ou com grupos específicos – Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística – Mariana/MG (24/04)

PG013

TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Objetivos

Realizar o diagnóstico de impacto no turismo, cultura, esporte e lazer, que deverá nortear a estruturação de projetos e processos para fomento dessas atividades nas localidades que tiverem impactos apontados.

Principais Desafios

Incentivar, de forma efetiva, a cultura e o turismo.

Principais Cláusulas

Cláusula 102 – Realização de diagnóstico do impacto no turismo, cultura, esporte e lazer.
Status: concluída

Cláusula 105 – O programa deve ser mantido pelo prazo de 60 meses a contar da aprovação do projeto pela Fundação.
Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

As consultorias contratadas Expressão Socioambiental – responsável pela elaboração dos diagnósticos de cultura, esporte, lazer e turismo dos municípios impactados de Minas Gerais – e Futura – que realizou as análises no Espírito Santo – apresentaram o resultado do trabalho para a Câmara Técnica de Educação e Cultura. Foi solicitado que a Fundação Renova faça uma devolutiva dos diagnósticos aos municípios, por meio de estratégia ainda a ser definida em conjunto com o órgão.

Outra ação que o programa desenvolve é o apoio às atividades esportivas das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, como a prática de futebol amador. Cinco times masculinos, de Paracatu e Bento Rodrigues, utilizam campos alugados em Mariana. Quando necessário, é oferecido transporte para as equipes se deslocarem para outras comunidades. A Renova também está dando suporte à formação de um time feminino, com representantes da comunidade de Bento Rodrigues.

PG014

APOIO À SAÚDE FÍSICA E MENTAL DA POPULAÇÃO IMPACTADA

Objetivos

Desenvolver atividades de apoio à saúde física e mental dos impactados e elaborar um estudo epidemiológico e toxicológico para identificar o perfil epidemiológico e sanitário retrospectivo, atual e prospectivo dos moradores de Mariana até a foz do Rio Doce, a fim de avaliar riscos e correlações decorrentes do rompimento.

Principais Desafios

Estender o estudo epidemiológico e toxicológico para todo o vale do Rio Doce.
Endereçar questões de saúde mental decorrentes do estresse causado ao impactado.
Alinhamento das ações com Políticas Públicas.

Principais Cláusulas

Cláusula 106 – Prestar apoio técnico à elaboração e implantação do Protocolo de monitoramento da saúde da população exposta aos efeitos do rompimento.

Status: em andamento

Cláusula 111 – Desenvolver estudo epidemiológico e toxicológico para identificar o perfil epidemiológico e sanitário retrospectivo, atual e prospectivo dos moradores de Mariana até a foz do Rio Doce.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Em abril de 2017, as oficinas de gestor público na área de Proteção Social ocorreram nos municípios de Naque, Belo Oriente, Fernandes Tourinho, Periquito, Iapu, Sobrália, Alpercata, Governador Valadares, Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta, Aimorés, Baixo Guandu, Colatina, Marilândia, Linhares e Aracruz. A ação tem como objetivo levantar dados da área de saúde para subsidiar a implementação de uma ação coordenada e intersetorial entre o poder público e a Fundação Renova.

Também foram realizadas reuniões com os secretários de saúde de Barra Longa e de Mariana (MG), para discussões sobre a execução do plano de apoio à saúde física e mental, bem como sobre atendimento à população por meio de oferta de serviços no SUS.

Histórico das Entregas

Inauguração da reforma da UBS provisória das Comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu.

PG015

TECNOLOGIAS SOCIOECONÔMICAS

Objetivos

Fomentar e financiar a produção de conhecimento relacionado à recuperação das áreas impactadas pelo rompimento, por meio da criação e fortalecimento de linhas de pesquisa de tecnologias aplicadas, com internalização das tecnologias geradas para o processo de recuperação.

Principais Desafios

Aplicação de tecnologia que viabilize o aproveitamento econômico do rejeito.

Principais Cláusulas

Cláusula 113 – Fomentar e financiar a produção de conhecimento relacionado à recuperação das áreas impactadas pelo desastre, por meio da criação e fortalecimento de linhas de pesquisa de tecnologias aplicadas, com internalização das tecnologias geradas para o processo de recuperação.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Assinatura da minuta relacionada ao convênio para a cooperação técnica entre a Fundação Renova e as fundações de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais e do Espírito Santo (Fapemig e Fapes). A parceria visa à implementação de ações de produção de conhecimento associado à recuperação das áreas e cidades impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Serão apoiados editais para captar projetos de tecnologia que viabilizem o aproveitamento econômico do rejeito, dentre outras iniciativas que ajudem a encontrar soluções práticas para os desafios enfrentados pela Fundação Renova.

PG016

RETOMADA DAS ATIVIDADES AQUÍCOLAS E PESQUEIRAS

Objetivos

Recomposição das áreas produtivas e das condições para produção dos pescadores, iguais ou melhores às condições anteriores à passagem da pluma: elaboração de plano de recuperação de atividades de aquicultura e pesca impactadas; regularização da situação de pescadores não registrados; prestar assistência técnica aos pescadores impactados e às suas respectivas cooperativas e associações, de modo a viabilizar a retomada de suas atividades; ofertas de cursos de qualificação profissional em outras atividades e realocação em casos de retomada impossível da atividade de pesca. O programa também se aplica aos areeiros impactados, desde que legalmente autorizados para a atividade. O plano de recuperação de atividades de aquicultura impactadas deverá ser articulado com os estudos ambientais.

Principais Desafios

Envolver toda a comunidade atingida e cadastrada para retomada da pesca, apoiando os pescadores impactados com equipamentos, assistência técnica e infraestrutura, de modo a retomar a comercialização do pescado na região afetada.

Principais Cláusulas

Cláusula 117 – Buscar a recomposição das áreas produtivas e das condições para produção dos pescadores, incluindo os equipamentos e infraestrutura impactados para a conservação, industrialização e comercialização do pescado.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Em abril de 2017, foram realizadas reuniões em Santana do Paraíso e São Lourenço, em Bugre (MG), localidades identificadas como prioritárias, tendo em vista que seus moradores alegam viver diretamente da pesca artesanal. As reuniões técnicas estão acontecendo em todas as comunidades pesqueiras impactadas, com intuito de apresentar as propostas do programa e gerar engajamento em sua construção. Essas comunidades seguiram uma agenda prevista para o mês, montada em função de demandas das próprias regiões ou por questões logísticas.

Atuação em conjunto com o Programa de Indenização Mediada para auxiliar na identificação da renda do pescador impactado antes do rompimento. Esse levantamento tem sido feito junto às associações de pescadores locais, para que o processo de indenização seja legítimo. A primeira reunião sobre o tema foi realizada com a associação de pescadores de Regência, em Linhares (ES).

Houve, ainda, reunião com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA-MG) para discutir conceitos e definições para as categorias ligadas ao pescador profissional

(aquele que possui documentação válida pelo Governo Federal). É fundamental o entendimento das diferentes classes de pescadores – industrial, artesanal, esportivo e subsistência - para estabelecer a estratégia e ações do programa.

Encontro com o IEF-MG para dar continuidade à discussão sobre a possibilidade de liberação da pesca em afluentes do Rio Doce, demanda feita por cerca de 500 pescadores de Governador Valadares e região. Uma resposta oficial ainda depende de ações como acordos de pesca e estudos de contaminação.

PG017

RETOMADA DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Objetivos

Disponibilização de área aos produtores que tiveram suas atividades agropecuárias permanentemente inviabilizadas, equivalente à situação anterior; recomposição das áreas produtivas passíveis de restauração e das condições para produzir conforme situação anterior, incluindo solo, animais, equipamentos e instalações; recuperação de pastagens nas áreas impactadas, quando tecnicamente viável; formação de pastagens equivalentes em outras áreas da propriedade em substituição às pastagens tecnicamente não recuperáveis; substituição de pastagens por outras fontes de alimentação animal com maior produtividade que possam ser cultivadas na propriedade impactada; reestabelecimento das estruturas de captação de água para irrigação e dessedentação animal impactados à situação anterior ou, não sendo possível, desenvolver alternativas ao reestabelecimento das estruturas de captação de água; e fornecimento de alimentação para animais nas propriedades rurais diretamente impactadas, até recuperação da pastagem.

Principais Desafios

Atender toda a comunidade atingida e cadastrada para a retomada da atividade agropecuária, buscando equilíbrio entre as condições socioeconômicas e socioambientais. Apoiar os produtores impactados com insumos para a criação dos animais, fornecimento de equipamentos e reforma das instalações, de forma a retomar as condições anteriores ao rompimento.

Principais Cláusulas

Cláusula 125 – Buscar a recomposição das áreas produtivas passíveis de restauração e das condições para produzir conforme situação anterior.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Em abril de 2017, 13 produtores rurais de Barra Longa (MG) e sete de Mariana (MG) foram contemplados com a reposição de equipamentos danificados e fornecimento de materiais, como ensiladeiras, motores, picadeiras e ordenhadeira. No total acumulado, foram entregues 30 equipamentos, sendo 23 em Barra Longa e sete em Mariana.

Até o momento, 193 proprietários (98% do total) foram abordados para fornecimento de informações para formalizar o Indicador de Sustentabilidade em Agrossistemas (ISA). Dos 193 arquivos gerados, 89 estão concluídos. Esse documento indica a sustentabilidade econômica social e ambiental das propriedades que obtiveram deposição de lama. Para o restante ser finalizado, estão pendentes as análises de água e solo coletados.

Os dados do ISA são a base para o desenvolvimento do Programa de Adequação Socioeconômica e Ambiental (Pasea), que é uma nova e eficaz estratégia para a execução

de diversas ações para a qualificação da agricultura e apoio ao produtor rural. Esse processo será feito juntamente com os proprietários rurais, que vão assumir um papel fundamental na promoção da sustentabilidade de sua propriedade, por meio da identificação de necessidades e readequação individual para cada caso.

Indicadores

Indicador	Localidade	Acumulado Mar/17	Acumulado Abr/17
Produção de forragem substitutiva (T)*	Área ambiental 1	5.875,26	5.505,41
Plantios realizados (ha)*	Área ambiental 1	218	195,89
Cercamentos realizados (m)	Área ambiental 1	219.424,5	219.424,5
Fornecimento de alimentação animal nas propriedades rurais (T)	Área ambiental 1	8927,3	9780,3

**Os números referentes aos itens acima obtiveram diminuição esse mês devido ao saneamento da base de dados e não efetivação de estimativas auferidas.*

PG018

ECONOMIA REGIONAL

Objetivos

Implementar estratégias para o desenvolvimento de outras atividades econômicas que promovam a diminuição de sua dependência com relação ao setor minerário. Estimular o surgimento de novas indústrias, baseadas em alternativas tecnológicas sustentáveis e capazes de promover uma maior integração produtiva entre a população.

Principais Desafios

Reestabelecimento das condições para retomada das atividades econômicas ao longo do rio.

Principais Cláusulas

Cláusula 130 – Realizar diagnóstico das potencialidades e incentivo às atividades econômicas e ações para a recuperação e diversificação da economia local nas áreas atingidas.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Realizada reunião de alinhamento com a Prefeitura de Mariana (MG) sobre o desenvolvimento do Termo de Referência (TR) referente ao Plano Diretor do município. Foram discutidas legislações complementares e questões sobre o georreferenciamento, informações necessárias para subsidiar a elaboração do documento.

Após a conclusão em março, o TR foi avaliado pelos setores Jurídico, Compliance e Financeiro da Fundação Renova. Será encaminhado ao Conselho Curador para análise e aprovação, durante o mês de maio, assim como ao CIF.

O Conselho Curador da Fundação Renova aprovou a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre Renova, o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI), Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e Prefeitura de Mariana. A parceria prevê o desenvolvimento de programa de fortalecimento de micro e pequenos negócios e diversificação econômica.

PG019 MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS

Objetivos

Recuperação de micro e pequenos negócios no setor de comércio, serviços e produtivo impactados e localizados de Fundão até Candonga (MG) e de Regência e Povoação, distritos de Linhares (ES), diretamente impactados pelo rompimento.

Principais Cláusulas

Cláusula 132 – Recuperar micro e pequenos negócios no setor de comércio, serviços e produtivo localizados de Fundão à Candonga e Regência e Povoação.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Medidas emergenciais, como a compra e entrega de equipamentos para comerciantes, continuam nos municípios de Mariana e Barra Longa (MG), seguindo os mesmos parâmetros dos casos anteriormente executados. Isso ainda é necessário porque alguns casos iniciaram em 2017. A previsão de término é 30/06/2017.

Com relação às ações de transição (migração dos processos para a equipe da Renova, com o retorno dos empregados cedidos), a última reunião foi realizada no dia 11/05 com a equipe do Programa de Indenização Mediada em Barra Longa e fechou a discussão sobre todos os processos atendidos pela equipe no período emergencial pela equipe do programa 19. A expectativa é que as informações relevantes de todos os casos contribuam para uma indenização mais assertiva e mais ágil.

Indicadores

Indicador	Acumulado Mar/2017	Acumulado Abr/2017
Atingidos* mapeados (un.)	255	255
Atendidos** (un.)	150	150
Processos mapeados (un.)	285	285
Processos finalizados (un.)	257	259

* Atingido: a lama chegou no estabelecimento comercial da pessoa.

** Atendido: teve alguma ação emergencial implementada.

PG020

ESTÍMULO À CONTRATAÇÃO LOCAL

Objetivos

Estabelecer um processo de priorização de contratação local, buscando estimular o uso de força de trabalho local e de redes locais de fornecedores para as ações que forem desenvolvidas de Fundão à Regência.

Principais Cláusulas

Cláusula 134 – Elaborar e executar programa de priorização de contratação local visando estimular uso de força de trabalho local e de redes locais de fornecedores para as ações que forem desenvolvidas de Fundão à Regência.

Status: Em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Em abril, a consultoria contratada DVF entregou à Renova o relatório inicial com o diagnóstico dos potenciais empreendedores, negócios e mercados dos municípios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão. O documento apresenta o plano com as ações futuras a ser realizado nas próximas etapas do programa, como o fortalecimento das entidades de classes empresárias.

Considerando o resultado do diagnóstico, foram realizadas quatro oficinas, no mesmo mês, com o objetivo de mostrar para os empresários e as associações comerciais as oportunidades que podem surgir a partir das ações da Renova, ao longo de todo o território. As oficinas aconteceram nos municípios de Barra Longa, Mariana (MG) e nos distritos de Linhares (ES), Povoação e Regência. Para maio e junho, está prevista a realização de sete (tem nove cidades) novas oficinas em Linhares, Baixo Guandu e Colatina, no Espírito Santo, e Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Mariana, Aimorés, e Governador Valares, para informar os empresários sobre os processos de contratação da Fundação.

Outro ponto relevante é o início do processo de contratação do curso de pedreiro na cidade de Mariana para possível aproveitamento nas obras do reassentamento.

PG021

AUXÍLIO FINANCEIRO EMERGENCIAL

Objetivos

Prestar auxílio financeiro emergencial à população impactada que tenha tido comprometimento de sua renda em razão de interrupção de suas atividades produtivas ou econômicas, em decorrência do rompimento, até o restabelecimento das condições para retomada das atividades produtivas ou econômicas.

Principais Desafios

Identificar e analisar a elegibilidade do impactado ao programa, pela comprovação da dependência financeira da atividade produtiva ou econômica.

Principais Cláusulas

Cláusula 137 – Desenvolver o programa de auxílio financeiro emergencial àqueles que tenham tido comprometimento de sua renda em razão de interrupção comprovada de suas atividades produtivas ou econômicas em decorrência do rompimento.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Em abril de 2017, foram entregues 2.775 cartões Alelo, nova operadora responsável pelo pagamento dos benefícios. A expectativa é de que até 30 de maio, os mais de 8 mil beneficiários estejam com seus novos cartões em mãos. A substituição deve-se ao término do contrato com a empresa Policard, que executava o serviço anteriormente.

Indicadores Gerais

8.189 cartões entregues

8.247 auxílios pagos*

19.802 pessoas assistidas (titulares e dependentes)

35 indenizações antecipadas no valor de R\$10 mil para pessoas de Mariana e Barra Longa (MG) que tiveram impacto nos imóveis de uso eventual

347 indenizações antecipadas no valor de R\$20 mil para pessoas de Mariana e Barra Longa (MG) que tiveram impacto nos imóveis de uso habitual

** Em Mariana e Barra Longa, existem cartões que recebem o pagamento do auxílio acumulado para todos os membros da família avaliados como impactados. O valor para os dependentes é calculado uma única vez. Ao longo do Rio Doce, cada impactado recebeu um cartão individual, e nos casos onde o casal foi considerado impactado, o valor referente aos dependentes tem sido creditado no cartão da mãe.*

Indicadores das Entregas Alelo

Localidade	Cartões substituídos	Localidade	Cartões substituídos
Sem Peixe	13	Galileia	82
Rio Casca	24	Alpercatas	10
São Pedro dos Ferros	2	São José do Goiabal	175
Dionísio	5	Bom Jesus do Galho	92
Córrego Novo	1	Belo Oriente	261
Caratinga	19	Periquito	443
Ipatinga	5	Governador Valadares	329
Santana do Paraíso	41	Tumiritinga	632
Ipaba	69	Conselheiro Pena	165
Resplendor	226	Itueta	153
Aimorés	864	Mariana	314
Bugre	5	Rio Doce	12
Naque	75	Ponte Nova	1
Fernandes Tourinho	7	Santa Cruz do Escalvado	25
Sobralia	1	Barra Longa	237
Total	4.288 cartões substituídos		

PG022

GERENCIAMENTO DOS PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS

Objetivos

Dotar os programas socioeconômicos de mecanismos e processos de gestão, monitoramento e avaliação, incluindo sistemas de informação, banco de dados, definição de indicadores, em conformidade com os mecanismos e processos de governança estabelecidos no TTAC.

Principais Desafios

Sistematizar informação dos programas.

Masterplan com maior integração e sinergia dos programas por stakeholders e território.

Principais Cláusulas

Cláusula 144 – Instaurar nos programas socioeconômicos mecanismos e processos de gestão, monitoramento e avaliação, incluindo sistemas de informação, banco de dados, definição de indicadores, em conformidade com os mecanismos e processos de governança.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Ações desse programa estão sendo desenvolvidas de forma integrada com o PG 041 – Gerenciamento dos Programas Socioambientais. Checar o descritivo na página 79.

PG023

MANEJO DOS REJEITOS

Objetivos

Realizar estudos de identificação e de avaliação detalhada da área ambiental 1 (áreas abrangidas pela deposição de rejeitos nas calhas e margens dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, considerando os respectivos trechos de seus formadores e afluentes, bem como as regiões estuarinas, costeiras e marinha na porção impactada pelo rompimento da barragem de Fundão). Realizar o manejo de rejeitos decorrentes do rompimento, conforme resultados dos estudos previstos neste programa, bem como considerando os fatores ambientais, sociais e econômicos da região.

Principais Desafios

Plano de manejo de rejeito alinhado com órgãos reguladores.
Analisar risco ecológico e à saúde humana.

Principais Cláusulas

Cláusula 150 – Entrega dos estudos de avaliação biogeoquímica, hidrodinâmica e hidrosedimentológica.
Status: concluída

Cláusula 151 - Manejo de Rejeitos atendendo às ações de recuperação das áreas fluviais, estuarinas e costeira.
Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

O Plano de Manejo de Rejeitos da Bacia do Rio Doce foi protocolado no dia 20 de abril, junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), à Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), ao Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad). Essa etapa é importante para obter a aprovação dos órgãos e dar início às ações. O documento descreve diretrizes, métodos, critérios, ferramentas de tomada de decisão e indicadores referentes ao manejo de rejeitos.

O Plano Piloto de Manejo de Rejeitos, que abrange a área do Rio Gualaxo do Norte, teve início em abril. Esse piloto apresenta a aplicação preliminar do plano de manejo de rejeitos, encontrando-se a solução técnica mais indicada para a recuperação ambiental da referida área.

A equipe da CH2M, empresa de projetos e consultoria e recuperação ambiental contratada pela Renova, começou a fase de análise de viabilidade e projeto conceitual do Plano Piloto de Manejo de Rejeitos na área do Rio Gualaxo do Norte, entre o dique S4 e o município de

Barra Longa, considerada como o principal trecho de aporte de sedimentos para os cursos d'água à jusante.

Os dados de monitoramento da qualidade do ar de Barra Longa (MG) passaram a ser transmitidos, em tempo real, diretamente para o servidor da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam-MG).

Histórico das Entregas

Estação de monitoramento automático da qualidade do ar instalada em Barra Longa

Concluído e protocolado o Plano de Manejo de Rejeito

Realização de três workshops sobre o Plano de Manejo de Rejeito

Concluído e protocolado o termo de referência para análise do risco à saúde humana

Estudos geoquímico, geomorfológico e hidrossedimentológico

Peer Review dos estudos geoquímico, geomorfológico e hidrossedimentológico

PG024

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTENÇÃO DOS REJEITOS E DE TRATAMENTO IN SITU DOS RIOS IMPACTADOS

Objetivos

Construir e operar, de forma segura, as estruturas de contenção de sedimentos para armazenamento dos materiais retirados das calhas dos rios e seu entorno, quando aplicáveis, visando, principalmente, a redução gradativa da turbidez dos rios para níveis máximos de 100 NTU na estação seca, no prazo máximo de 3 (três) anos.

Principais Desafios

Implementação de solução definitiva e atribuição das estruturas provisórias.

Principais Cláusulas

Cláusula 154 – Construção das estruturas emergenciais para contenção de sedimentos.
Status: concluída

Cláusula 155 – Estudo para adoção de melhores técnicas de contenção de rejeitos.
Status: concluída

Cláusula 157 – Redução da turbidez dos rios Gualaxo, Carmo e Doce abaixo de 100 NTU.
Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Foram retomadas as obras na nova barragem de Santarém. Ela está localizada logo à frente da antiga barragem, que foi danificada após o rompimento. O procedimento de alteamento da barragem visa conter os cerca de 13 milhões de m³ de rejeito que ainda se encontram depositados no local. A crista da nova barragem deve alcançar 770 m de altura ao final da obra.

Na barragem do Eixo 1, a engenharia da limpeza obrigatória (etapa de engenharia detalhada) foi concluída em março de 2017. O término dessa etapa abre caminho para o início da construção da barragem.

Histórico das Entregas

Conclusão da dragagem prevista no dique S3 – remoção de 600 mil m³

Conclusão aterro do maciço doo dique S4 – 45 mil m³

Concluído aterro do maciço da barragem de Santarém – El. 765 – 104 mil m³

Manejo de águas – lançamento de tubulação PEAD (21,4 mil m)

Reforço da estrutura remanescente de Selinha

Alteamento do dique S3 - El. 707 m

Reforço do Pé da barragem de Germano

Reforço dos diques de Sela e Tulipa - Fase 1
 Construção da barreira 2
 Reforço dos diques de Sela e Tulipa - Fase 2
 Alçamento do dique S3 - El. 709,5
 Sistema de bombeamento Baía 3 em Germano
 Berma de proteção do dique de Selinha
 Construção da ensecadeira do Eixo 1
 Construção das barreiras 1, 3 e 4
 Reforço do extravasor atual de Sela e Tulipa
 Construção do dique S4
 Reforço dos diques de Sela e Tulipa - Fase 3
 Construção de Nova Santarém EL.765m
 Construção Sist. Gerenc. de Águas de Germano
 Construção drenagem superficial de Selinha
 Reforço da estrutura remanescente de Santarém
 Construção do dique S3

Indicadores

Indicador	Localidade	Realizado acumulado Mar/17	Realizado acumulado Abr/17	Total Previsto
Dragagem S3 (m ³)	Germano	514.000	600.000	600.000
Nova Santarém (m ³)	Germano	0	43.524	148.900

PG025

REVEGETAÇÃO, ENROCAMENTOS E OUTROS MÉTODOS

Objetivos

Revegetar, inicialmente, 800 hectares e, em seguida, recuperar 2 mil hectares na área ambiental 1 (áreas abrangidas pela deposição de rejeitos nas calhas e margens dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, considerando os respectivos trechos de seus formadores e afluentes, bem como as regiões estuarinas, costeiras e marinha na porção impactada pelo rompimento) nos municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado.

Principais Desafios

Sucesso dos tratamentos de repovoamento do Plantio Piloto.
Definir conceito e iniciar implementação do processo de restauração florestal.

Principais Cláusulas

Cláusula 158 - Revegetação inicial (800 ha).

Status: concluída

Cláusula 159 - Recuperação de 2000 ha na área ambiental 1.

Status: em andamento

Cláusula 160 - Encerramento do projeto de regularização de calhas e margens e controle de processos erosivos da área 1.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

No mês de abril, foram recuperados outros oito afluentes, chegando a 82 cursos, de um total de 101 mapeados. Nas áreas prioritárias de Gesteira, Paracatu de Cima, Ponte do Gama e Bicas foram realizados serviços de controle de erosão.

Seguem em andamento a elaboração de projetos de engenharia em áreas não prioritárias e as ações de recuperação em áreas prioritárias, com serviços de regularização de calhas e margens e controle de processos erosivos nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce.

Histórico das Entregas

Concluída a revegetação inicial de 808 hectares

Indicadores

Indicador	Localidade	Realizado acumulado Mar/17	Realizado acumulado Abr/17	Total Previsto
Afluentes Recuperados (un.)	Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Sta Cruz do Escalvado	74	82	101
Controle de erosão (ha)	Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Sta Cruz do Escalvado	899	998	1138
Avanço dos projetos de engenharia	Áreas Não Prioritárias	17%	88%	100%

PG026

RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

Objetivos

Recuperar 40 mil hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) degradadas na Bacia do Rio Doce. Dessa área, 10 mil hectares deverão ser reflorestados e os 30 mil hectares restantes deverão ser recuperados por meio de regeneração.

Principais Desafios

Definir conceito e iniciar implementação do processo de restauração florestal.
Definir plano diretor para restauração ao longo da calha do Rio Doce (40 mil hectares).

Principais Cláusulas

Cláusula 161 - Recuperação de APPs degradadas – 40 mil ha.
Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

No dia 22 de março de 2017, o Instituto BioAtlântica (IBIO), contratado pela Fundação Renova, iniciou a prospecção e diagnóstico de viveiros da Bacia do Rio Doce. O estudo tem o objetivo de identificar e mapear os viveiros de mudas e espécies nativas e exóticas da região. Plantas agrícolas, como o café, serão incluídas no projeto, caso sejam consideradas adaptáveis à produção de mudas de espécies nativas. Essa iniciativa tem uma duração prevista de 60 dias e é importante para avaliar a oferta existente na bacia para atender a demanda de reflorestamento da Fundação Renova, além de contribuir na definição logística das atividades de coleta de sementes e produção de mudas.

PG027

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE NASCENTES

Objetivos

Recuperar cinco mil nascentes no total, sendo 500 por ano.

Principais Desafios

Definir plano diretor para recuperação das nascentes

Principais Cláusulas

Cláusula 163 - Recuperação de nascentes – 5 mil nascentes (500/ano).
Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Fase de elaboração do Termo de Cooperação Técnica com o Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema-ES) e a ONG internacional The Nature Conservancy (TNC) para cessão do uso do Portal Reflorestar à Fundação Renova. A ferramenta poderá fornecer dados para as atividades de gestão dos programas de Recuperação de Nascentes e de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Histórico das Entregas

511 nascentes protegidas por meio de cercamento para início/continuação do processo de regeneração natural.

PG028

CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Objetivos

Elaborar e implementar medidas para a recuperação e conservação da fauna aquática impactada da bacia hidrográfica do Rio Doce.

Principais Desafios

Definir plano de ação para restauração do impacto.

Principais Cláusulas

Cláusula 164 - Estudo populacional da ictiofauna, avaliação da conservação das espécies nativas e medidas para recuperação e conservação da fauna aquática

Status: em andamento

Cláusula 165i - Proposta de estudo para avaliação da qualidade e ecotoxicidade da água e descrição metodológica das medidas de monitoramento da fauna aquática. Concluída

Status: em andamento

Cláusula 165ii - Estudo de avaliação do impacto agudo/crônico nas espécies e cadeia trófica; e do habitat de fundo marinho

Status: em andamento

Cláusula 166 - Apresentação das ações de contingência de resposta ao monitoramento da fauna aquática

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Iniciado o estudo populacional da ictiofauna (populações de peixes e demais formas de vida encontradas na água) em, aproximadamente, 670km ao longo dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce. Dentre os resultados esperados, vale destacar: conhecimento dos impactos ambientais sobre esses organismos e ambientes associados; realizar a proposição de medidas de mitigação, conservação e manejo de espécies e ambientes, caso necessário.

PG029

RECUPERAÇÃO DA FAUNA SILVESTRE

Objetivos

Fortalecer as estruturas de triagem e reintrodução da fauna silvestre, englobando a construção e o aparelhamento de dois Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (Cetas).

Principais Cláusulas

Cláusula 167 – Efetuar a construção e o aparelhamento de 2 Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (Cetas), de acordo com Termo de Referência a ser emitido pelo Ibama.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Não houve entregas relevantes no mês de abril.

PG030

FAUNA E FLORA TERRESTRE

Objetivos

Desenvolver estudo para identificação e caracterização do impacto do rompimento, na área ambiental 1 (abrangida pela deposição de rejeitos nas calhas e margens dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, considerando os respectivos trechos de seus formadores e afluentes, bem como as regiões estuarinas, costeiras e marinha na porção impactada pelo rompimento), sobre as espécies terrestres ameaçadas de extinção e apresentar plano de ação para conservação da fauna e flora terrestre.

Principais Desafios

Elaboração do Plano de Ação Nacional para Espécies Terrestres Ameaçadas de Extinção da Área Ambiental 1 - Rio Doce (PAN Rio Doce)

Principais Cláusulas

Cláusula 168 – Apresentação do estudo de identificação, caracterização do impacto e do plano de ação para conservação das espécies terrestres ameaçadas de extinção.

Status: concluída

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Não houve entregas relevantes no mês de abril.

Histórico das Entregas

Avaliação de Impacto sobre as Espécies Terrestres Ameaçadas de Extinção

PG031

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO

Objetivos

Disponibilizar recursos financeiros no valor de R\$ 500 milhões aos municípios da área ambiental 2 (municípios banhados pelo Rio Doce e pelos trechos impactados dos rios Gualaxo do Norte e Carmo) para custeio na elaboração de planos básicos de saneamento básico, elaboração de projetos de sistema de esgotamento sanitário, implementação de obras de coleta e tratamento de esgotos, erradicação de lixões e implantação de aterros sanitários regionais.

Principais Desafios

Estruturar o modelo de repasse e monitoramento do uso dos recursos do programa de saneamento.

Articular o planejamento integrado de saneamento básico com os municípios da calha.

Principais Cláusulas

Cláusula 169 – A Fundação disponibilizará recursos financeiros, no valor de R\$500 milhões, aos municípios da Área Ambiental 2. O valor custeará a elaboração de planos de saneamentos básico, a elaboração de projetos de sistema de esgotamento sanitário, a implementação de obras de coleta e tratamento de esgotos, a erradicação de lixões e a implantação de aterros sanitários regionais.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Não houve entregas relevantes no mês de abril de 2017.

Histórico das Entregas

Aporte financeiro inicial de R\$ 50 milhões para o Comitê Interfederativo, a partir da apreciação dos projetos apresentados pelos municípios interessados. O Comitê indicará formalmente à Fundação os municípios destinatários e os respectivos valores a serem disponibilizados. A ação está prevista no TTAC.

PG032

MELHORIA DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Objetivos

Implementar ações que reduzam a dependência de abastecimento direta do Rio Doce nos municípios cuja operação do sistema de abastecimento público ficou inviabilizada, temporariamente, por conta do rompimento. Para os municípios com mais de 100.000 habitantes, a redução da dependência poderá ser de até 50%, sendo nos demais de 30%. Realizar melhorias nas estações de tratamento de água.

Principais Desafios

Retomada do abastecimento pelo Rio Doce nos municípios que, por diversas causas, não o aceitam.

Engajar as prefeituras e companhias de saneamento de forma que as escolhas dos mananciais alternativos (e posterior construção das soluções) e as melhorias necessárias nas ETAs sejam viabilizadas e dentro dos prazos do TTAC.

Principais Cláusulas

Cláusula 171 – Construção de sistemas alternativos de captação e adução, além de melhoria das estações de tratamento de água para os municípios que captam da calha do Rio Doce.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Com foco na retomada da captação do Rio Doce, foi realizado um workshop sobre água tratada, nos dias 10 e 11 de abril, na Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), em Belo Horizonte (MG). O encontro foi acompanhado por representantes da CT – Segurança Hídrica e Qualidade da Água, da CT- Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Informação e da CT de Comunicação; gestores da Secretarias Estaduais de Saúde do Espírito Santo e de Minas Gerais; gestores dos municípios impactados; representantes da Fundação Renova e representantes do CBH-Doce.

Durante o evento, foram apresentadas e discutidas propostas de monitoramento de qualidade da água para consumo humano, para avaliar sua potabilidade. Além disso, também foi discutida a ideia do Plano de Comunicação referente à água para consumo distribuída à população impactada. As Câmaras Técnicas estão elaborando as bases mínimas para enviar à Fundação, para que a Fundação elabore esses planos. Esses documentos, quando estiverem consolidados, farão parte da estratégia de convencimento das populações impactadas em relação à retomada do Rio Doce.

No dia 9, na reunião do CIF, foi criada a CT Saúde, que passará a conduzir as discussões sobre o monitoramento de qualidade da água para consumo humano e o Plano de Comunicação. Esses documentos servirão para a estratégia de convencimento das populações para a retomada do rio Doce.

Em Resplendor (MG) foram retomadas as obras para reforço da barragem do córrego Barroso. O objetivo dessa atividade é permitir a captação provisória no córrego Barroso, a qual possibilitará a desmobilização de 13 caminhões-pipa. As obras estavam paralisadas por embargo do proprietário e recusa do prefeito do município em emitir um Decreto de Utilidade Pública (DUP).

No município de Bonisegna, houve a substituição do procedimento de abastecimento de água da comunidade, de cisterna (que estava sem revestimento interno, responsável por evitar a contaminação da água via solo) para reservatórios alimentados direto por caminhões-pipa. No relatório anterior ao estudo de segurança hídrica, não foi encontrado manancial superficial e subterrâneo na região do reservatório. Por isso, não existe previsão para a retirada do abastecimento via caminhão-pipa, a depender da conclusão do estudo de segurança hídrica, em junho.

PG034

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E EMERGÊNCIA AMBIENTAL

Objetivos

Implantar ações de incremento às estruturas de apoio para os sistemas de emergências ambientais em Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado (MG). Implementar medidas de educação ambiental em parceria com as prefeituras dos municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, visando elevar e qualificar a participação protagonista da população local na construção de cenários desejáveis de qualidade de vida dos territórios onde habitam.

Principais Desafios

Desenvolver a cultura de proteção e defesa civil nas comunidades impactadas (área ambiental 1).

Assessorar os gestores públicos na implantação de políticas para proteção civil por meio dos comitês gestores de riscos municipais.

Capacitar as comunidades nas ações de autossalvamento em caso de desastres, com a realização de simulados e treinamentos sobre cenários de risco.

Elaborar um processo colaborativo com ações direcionadas à população impactada, voltadas para a recuperação da Bacia do Rio Doce, envolvendo os agentes estratégicos dessa região e da Educação Ambiental de forma geral.

Principais Cláusulas

Cláusula 172 - Implantação de medidas de educação ambiental em parceria com as prefeituras dos municípios localizados na Área Ambiental 1:

- Ações emergenciais: iniciadas em agosto de 2016 e finalizadas em janeiro de 2017.

Status: concluídas

- Ações em transição: iniciadas em fevereiro de 2017.

Status: em execução

- Estruturação do programa para implantação das medidas de educação ambiental.

Status: em execução

Cláusula 173 - Emissão do diagnóstico quanto à necessidade de inclusão dos municípios de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce e às necessidades específicas das ações após consulta ao órgão de Defesa Civil

Status: concluída (setembro de 2016)

- Protocolo do Plano de Trabalho para o Programa de Preparação para Emergências Ambientais

Status: concluída (março de 2017)

Cláusula 173 - Implantação de medidas de incremento da estrutura de apoio aos sistemas de emergência e alerta a partir de uma atuação integrada à Defesa Civil nos municípios de Mariana e Barra Longa (MG).

Status: concluída

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Dentro da segunda etapa do Projeto de Educação Ambiental Douradinho – realizado pelo Instituto pelo Bem do Planeta, com apoio da Fundação Renova – representantes das Secretarias Municipais de Educação dos municípios participantes receberam o livro e as propostas pedagógicas da iniciativa. Na primeira etapa, o Instituto pelo Bem do Planeta foi até aos órgãos públicos de ensino de Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce, Governador Valadares, Ipatinga (MG) e Colatina (ES) para apresentar o projeto, bem como obter a assinatura do Termo de Adesão, oficializando a aceitação da proposta para a rede de ensino de cada município. Em paralelo às entregas, a equipe do Douradinho (Instituto pelo Bem do Planeta) mantém contato periódico com as secretarias e superintendências para informá-los sobre o andamento do projeto. A próxima etapa é a capacitação dos professores, prevista para junho de 2017.

Em parceria com os Centros de Referência da Assistência Social de Mariana (CRAS), ocorreram rodas de conversa com participantes do Projeto VertiCRAS - Hortas Verticais. Foi abordada a relação das hortas verticais com os temas economia, meio ambiente, qualidade de vida e saúde. O projeto VertiCRAS é de autoria do CRAS e a Fundação Renova apoia a iniciativa por meio dos programas de Proteção Social e de Educação Ambiental.

As estratégias de mobilização e envolvimento dos agentes da Bacia do Rio Doce no processo de desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental (PEA) foram discutidas com a Câmara Técnica que trata sobre o assunto. Definiu-se que, para a estruturação do programa, serão feitas as seguintes ações: identificação dos projetos e boas práticas educacionais relevantes à revitalização da bacia; workshop para construção de diretrizes; utilização de ferramentas colaborativas; e realização de reuniões com os interlocutores estratégicos que apoiam o processo de elaboração do PEA para contribuições finais e validação.

Ainda em abril, foram realizadas quatro reuniões com as Defesas Civas, Secretarias de Educação e escolas dos municípios de Mariana (distrito de Cachoeira do Brumado), Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, com o objetivo de iniciar o mapeamento das instituições a serem envolvidas no projeto piloto Escola Segura.

O projeto prevê a implantação de um processo de formação de cultura em segurança, junto aos alunos e profissionais da educação, despertando sua consciência sobre riscos, ameaças e vulnerabilidades ao seu redor e, por extensão, para sua família. O propósito dessa iniciativa é estimular a mudança de mentalidade coletiva da população em relação à segurança, meio ambiente e saúde, contribuindo para o fortalecimento das Defesas Civas municipais.

Histórico das Entregas

60 eventos/reuniões realizados do programa de educação ambiental.

Instalados medidores de nível (régua linimétrica) nos rios Gualaxo e Carmo, na região impactada pelo acidente, com intuito de fornecer subsídios às defesas civis municipais em

ações de emergência, em casos de cheias na região de Mariana e Barra Longa.

- Realizado diagnóstico das Defesas Civas e aprovado pelos quatro municípios definidos no TTAC - Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. Foi proposta a doação de um *kit* de recursos e equipamentos para as Defesas Civas, validados e aprovados pelos coordenadores de defesa civil dos municípios, que serão responsáveis pela manutenção e/ou reparos necessários nos itens fornecidos. O diagnóstico indicou também a necessidade de fortalecer a atuação conjunta das defesas civis, incentivando o protagonismo comunitário e inserindo nas escolas a discussão de riscos e emergências, melhorando a articulação e sinergia entre os agentes públicos em prol do sistema de proteção e defesa civil. Para tal, foi elaborada uma proposta de processos para atuação conjunta e desenvolvimento de cultura de segurança e proteção civil, a ser conduzida junto à Fundação Renova pelo prazo de cinco anos, a contar de 2017, como previsto no TTAC. Essa proposta foi construída junto às Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil e apresentada e validada junto aos prefeitos dos municípios envolvidos. O plano de trabalho foi protocolado no CIF em março de 2017. Os processos se baseiam em três pilares:

- a) Apoio na constituição de comitê gestor de riscos municipal
- b) Auxílio na implantação de um processo de formação de cultura em segurança junto a escolas
- c) Orientação na constituição de núcleos comunitários de proteção e defesa civil nas comunidades impactadas

- Instalação de 31 sirenes de emergência, conforme os planos de emergência previsto para situações de ruptura de barragens, no pior cenário, conforme Plano de Ações Emergenciais de Barragens da Samarco. Abaixo, a lista com todas as sirenes:

- 5 em área da Barragem, em Mariana
- 2 no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana
- 1 no distrito de Camargos, em Marian;
- 1 no distrito de Ponte do Gama, em Mariana
- 3 no distrito de Paracatu de Cima, em Mariana
- 3 no distrito de Paracatu de Baixo, em Mariana
- 1 na região da Fazenda dos Borba, em Mariana
- 1 no distrito de Pedras, em Mariana
- 1 no distrito de Campinas, em Mariana
- 2 no distrito de Barreto, em Barra Longa
- 4 no distrito de Gesteira, em Barra Longa
- 7 na sede de Barra Longa

Fotos



Roda de Conversa – Projeto VertiCRAS



Entrega do material do Projeto Douradinho na Secretaria de Educação de Mariana



Containers para a instalação das sirenes



Reunião com Secretaria de Educação de Barra Longa



Reunião com Defesa Civil de Mariana

PG035

INFORMAÇÃO PARA A POPULAÇÃO

Objetivos

Implantar um centro de informações técnicas e duas bases físicas regionais em Minas Gerais e duas no Espírito Santo, permanentemente interligadas ao centro de informações técnicas. As estruturas devem estar localizadas no interior da área ambiental 1 (abrangida pela deposição de rejeitos nas calhas e margens dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, considerando os respectivos trechos de seus formadores e afluentes, bem como as regiões estuarinas, costeiras e marinha na porção impactada pelo rompimento), com o objetivo de comunicar e informar a população quanto aos aspectos ambientais.

Principais Desafios

Estimular a maior participação das comunidades nas tomadas de decisão.
Comunicar de forma eficiente com toda a sociedade.

Principais Cláusulas

Cláusula 174 – Implantação e operação do centro de informações técnicas.
Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Ações desse programa estão sendo desenvolvidas junto com o PG 006 – Diálogo Social.
Checar o descritivo na página 24.

PG036

COMUNICAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

Objetivos

Estabelecer sítio eletrônico em, no mínimo três idiomas, para divulgar as ações e os programas desenvolvidos em função do Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC).

Principais Desafios

Comunicar de forma eficiente com toda a sociedade.

Principais Cláusulas

Cláusula 175 – Apresentação do draft do programa de comunicação regional, nacional e internacional.

Status: concluída

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

No mês de abril mantemos algumas ações iniciadas em março e realizamos a segunda edição do Bate Papo online. Dessa vez com o tema Recuperação de Vilas. Como destaque, batemos o recorde de tráfego do site, com 28.725 visitas. Também inserimos algumas páginas importantes no site, como a Linha do Tempo da Fundação e a reestruturação da página sobre o período chuvoso.

Histórico das Entregas

- Reestruturação do menu do site, nas versões desktop e mobile
- Realização do segundo bate-papo ao vivo da Fundação Renova, via Youtube Live:
- Criação da página do evento: <http://www.fundacaorenova.org/paineis/bate-papo-reconstrucao-de-vilas/>
- Criação da página do Workshop sobre Restauração Florestal no Vale do Rio Doce <http://www.fundacaorenova.org/paineis/restauracao-florestal/> e campanha online (Facebook Ads e Instagram Ads)
- Publicação da página Encontro com Pavan Sukhdev na seção Painéis
- Publicação da Linha do Tempo
- Reestruturação da página Fale Conosco
- Publicação de 8 vídeos no canal do Youtube (conteúdos replicados no site)
- Publicação de 24 notícias no site (os conteúdos também foram publicados no Google+)
- Atualização do status dos programas socioambientais e socioeconômicos (atualização mensal)

PG037

GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

Objetivos

Apresentar estudo para identificar riscos ambientais dos ativos da Samarco, diretamente afetados pelo rompimento, que possam impactar na Bacia do Rio Doce, bem como propor ações preventivas e mitigatórias associadas a esses riscos.

Principais Desafios

Estruturar planos de ação específicos para os riscos identificados.

Principais Cláusulas

Cláusula 176 – Apresentação de estudo para identificar riscos ambientais dos ativos da Samarco diretamente afetados pelo rompimento que possam impactar na bacia do Rio Doce, bem como propor ações preventivas e mitigatórias associadas a esses riscos.

Status: concluída

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Não houve entregas relevantes no mês de abril de 2017.

Histórico das Entregas

Estudo de Avaliação de Riscos Ambientais dos Ativos da Samarco afetados pelo Evento

PG038

MONITORAMENTO DA BACIA DO RIO DOCE

Objetivos

Desenvolver e implantar um programa de monitoramento qualitativo e quantitativo sistemático (PMQQS) de água e de sedimentos, de caráter permanente, abrangendo também a avaliação de riscos toxicológicos e ecotoxicológicos.

Principais Desafios

Implementar o Plano de Monitoramento Quali-quantitativo Sistemático.

Principais Cláusulas

Cláusula 177 – Desenvolvimento e Implantação da rede de monitoramento. Ela é constituída por equipamentos automatizados, coleta de amostras de águas e sedimentos e ensaios laboratoriais.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Em abril de 2017, foram obtidas as autorizações dos proprietários dos terrenos onde serão instaladas as 22 estações de monitoramento automático, solicitadas pelo Comitê Interfederativo (CIF). Essas áreas estão situadas nas margens dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, no trecho entre o dique S4, localizado em Bento Rodrigues (MG), e a foz do Rio Doce (ES). Adicionalmente, a Renova irá instalar outras cinco estações em afluentes dos rios Gualaxo do Norte e Carmo, impactados pelo rompimento, e mais duas estações móveis para suportar o processo de dragagem na UHE Risoleta Neves.

Também foi concluída a instalação de uma estação de monitoramento móvel no reservatório da UHE Risoleta Neves, que será utilizada para monitorar a qualidade da água que resulta do processo de dragagem, analisando parâmetros como turbidez, oxigênio dissolvido e pH.

PG039

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Objetivos

Custear estudos referentes aos impactos nas Unidades de Conservação diretamente afetadas pelo rompimento e implementar ações de reparação. Além disso, tem por objetivo custear, em caráter compensatório, ações referentes à consolidação de duas Unidades de Conservação e implementação da Área de Proteção Ambiental na Foz do Rio Doce.

Principais Cláusulas

Cláusula 181 – Divulgação dos estudos referentes aos impactos nas Unidades de Conservação e implantação de ações de reparação previstas nos mesmos.

Status: em andamento

Cláusula 182 - Custear ações de consolidação de duas unidades de Conservação e a construção da sede da APA na foz do Rio Doce.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Não houve entregas relevantes no mês de abril.

PG040 PROGRAMA CAR E DOS PRAs

Objetivos

Apoiar e dar suporte técnico ao cadastramento das propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), além de fomentar a elaboração e a implementação dos respectivos Programas de Regularização Ambiental (PRAs).

Principais Desafios

Obter a regularização do PRA junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao Instituto Estadual de Florestas (IEF).

Principais Cláusulas

Cláusula 183 – Suporte ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e fomentar a elaboração e a implementação de Programas de Regularização Ambiental (PRA) na área ambiental 1.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Realização de reunião com os produtores rurais de Barra Longa (MG) para alinhamento do programa. Durante o encontro, foram respondidas as dúvidas das comunidades impactadas sobre a ferramenta ISA (Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas) e o projeto PASEA (Plano de adequação socioeconômico e ambiental).

Histórico das Entregas

214 propriedades com CAR, na área ambiental 1.

Indicadores

Indicador	Localidade	Unid mês	Unid Acumulada
Propriedades com CAR (Cadastro Ambiental de Propriedades)	Área ambiental 1	3	214
Propriedades com PRA (Plano de Regularização de Propriedades)	Área ambiental 1	0	0
Projetos de Regularização Ambiental de Propriedades Aprovados	Área ambiental 1	0	0

PG041

GERENCIAMENTO DOS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS

Objetivos

Dotar os programas socioambientais de mecanismos e processos de gestão, monitoramento e avaliação, incluindo sistemas de informação, banco de dados e definição de indicadores, em conformidade com os mecanismos e processos de governança estabelecidos no Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC).

Principais Desafios

Sistematizar informação dos programas.

Masterplan com maior integração e sinergia dos programas por *stakeholders* e território.

Principais Cláusulas

Cláusula 184 – Instaurar nos programas socioambientais mecanismos e processos de gestão, monitoramento e avaliação, incluindo sistemas de informação, banco de dados, definição de indicadores, em conformidade com os mecanismos e processos de governança.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

Formação de grupos de trabalho para engajar *stakeholders* e equipes da Renova na revisão do Masterplan da Fundação. O objetivo é identificar melhorias e ampliar a integração entre os programas, com visão e abordagem territorial. Isso possibilitará aumento de performance, sinergia nas ações e um planejamento integrado.

PG042

PROGRAMA DE RESSARCIMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS EXTRAORDINÁRIOS

Objetivos

Ressarcir os compromitentes pelos gastos públicos extraordinários decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, devidamente comprovados por meio de documentos oficiais, dentre os quais notas de empenho de despesas e declaração de autoridade competente.

Principais Cláusulas

Cláusula 141 – A Fundação deverá ressarcir os compromitentes pelos gastos públicos extraordinários decorrentes do evento, devidamente comprovados por meio de documentos oficiais, dentre os quais notas de empenho de despesas e declaração de autoridade competente.

Status: em andamento

Fatos e Entregas Relevantes do Mês

O cronograma do PG42 segue conforme previsto. A Fundação Renova enviou, no dia 31 de março, ofícios aos órgãos compromitentes e prefeituras de todos os 39 municípios impactados, solicitando os comprovantes dos gastos relacionados ao rompimento. As instituições têm o prazo de um mês para entregar os comprovantes à Renova, que irá consolidá-los e repassá-los para a Ernest Young, responsável pela auditoria dos dados. A Ernest tem previsão de iniciar os trabalhos de auditoria em maio.